

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O TIGRE CELTA – AS MUDANÇAS NA
ECONOMIA E SOCIEDADE IRLANDESAS NA
DÉCADA DE 1990**

LUIZ EDUARDO NEIVA BRITO
DRE: 100178901
leb_rio@hotmail.com

ORIENTADOR: Professor René de Carvalho
renecarv@centroin.com.br

ABRIL 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O TIGRE CELTA – AS MUDANÇAS NA
ECONOMIA E SOCIEDADE IRLANDESAS NA
DÉCADA DE 1990**

LUIZ EDUARDO NEIVA BRITO
DRE: 100178901

ORIENTADOR: Professor René de Carvalho

ABRIL 2009

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor

Dedico este trabalho à minha querida mãe e todos aqueles que a antecederam, que eu possa retribuir todo o trabalho, sacrifício, amor e generosidade sem os quais eu simplesmente não existiria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha querida mãe, por ter me proporcionado uma educação de qualidade tanto dentro quanto fora de casa, usando-se de muita sabedoria e dedicação. Agradeço também ao querido Professor René, pelo seu tempo e total apoio na orientação dessa monografia. Agradeço também à querida Doutora Eliane, e ao amigo Daniel Cotrim, que sempre me deram muita força para seguir em frente e não desistir nunca.

RESUMO

O trabalho busca apresentar de forma breve uma análise do acelerado crescimento econômico experimentado pela economia irlandesa a partir do início da década de 1990. Primeiramente são apresentados os antecedentes, com foco nos fatores que levaram ao chamado Tigre Celta, com destaque para os de maior importância, como o Investimento Direto Extranjeiro (IDE), considerado por grande parte dos estudiosos da área como um dos principais fatores que levaram o país a sair de um período de recessão, durante a década de 1980, para um período de espetacular crescimento econômico durante a década de 1990. Outro ponto abordado é a convergência da economia irlandesa para um patamar similar ao das outras economias mais desenvolvidas da União Européia (UE). Em seguida, faz-se uma análise comparativa, tanto de ordem econômica quanto social, dos períodos pré e pós-*boom* econômico. Algumas das mais importantes mudanças são indicadas, como a espetacular queda na taxa de desemprego, o aumento das exportações, e os grandes avanços no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). As análises tentam comprovar que o crescimento econômico foi benéfico para a maior parte da população. Além disso, analisa-se a mudança na trajetória migratória irlandesa, que passa de um país predominantemente emigratório para um país que atrai cada vez mais imigrantes, não só europeus como de diversos países de todos os continentes. Por fim, projeta-se um panorama futuro para a Irlanda, analisando-se tópicos como o efeito da crise econômica das hipotecas, que teve início nos EUA e que afetou (e vem afetando) toda a economia mundial, incluindo a Irlanda. Além disso, analisa-se os principais desafios que a economia irlandesa deverá enfrentar nos próximos anos para (tentar) manter uma taxa de crescimento moderada do Produto Interno Bruto (PIB) e conseguir reverter os malefícios que por ventura surgem com um acelerado crescimento econômico em um espaço tão curto de tempo.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – O NASCIMENTO DE UM TIGRE NA EUROPA: O DESENVOLVIMENTO IRLANDÊS ATÉ A ENTRADA DOS ANOS 90 DO SÉCULO XX	11
I.1 – RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA COM A INGLATERRA E INSERÇÃO HISTÓRICA NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO	11
I.2 – IRLANDA NA UE: O PROCESSO NECESSÁRIO DE MUDANÇA	13
I.2.1 – <i>A Política Agrícola Comum</i>	18
I.3 – AS MUDANÇAS QUE POSSIBILITARAM O CRESCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO: FATORES INTERNOS E EXTERNOS	19
I.3.1 – <i>Fatores internos</i>	19
I.3.2 – <i>Fatores externos</i>	27
I.3.3 – <i>A importância do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) na economia irlandesa</i>	29
I.3.4 – <i>O modelo de convergência e o catch-up irlandês</i>	33
CAPÍTULO II - A IRLANDA NA DÉCADA DE 1990: UMA ANÁLISE COMPARATIVA.....	36
II.1 – ANÁLISE ECONÔMICA	36
II.1.1 – <i>PIB total, PIB per capita e PNB per capita</i>	36
II.1.2 – <i>Exportações e importações</i>	38
II.2 – ANÁLISE SOCIAL.....	41
II.2.1 – <i>Qualidade de vida e o Índice de Desenvolvimento Humano</i>	41
II.2.2 – <i>Desigualdade de renda na Irlanda em uma perspectiva comparativa</i>	43
II.2.3 – <i>Aumento da desigualdade durante o boom?</i>	46
II.2.4 – <i>Desemprego e o mercado de trabalho</i>	47
II.2.5 – <i>A qualidade do emprego na Irlanda</i>	50
II.3 – O IMPACTO DA IMIGRAÇÃO.....	54
II.3.1 – <i>Da emigração para a imigração</i>	55
II.3.2 – <i>O impacto econômico da imigração</i>	57
II.3.3 – <i>O impacto social da imigração</i>	57
CAPÍTULO III – O FUTURO DA IRLANDA	60
III.1 – OPORTUNIDADES PARA TODOS NA NOVA IRLANDA?	60
III.1.1 – <i>Classes sociais e igualdade de oportunidades</i>	62
III.1.2 – <i>A mudança no modelo de classes sociais na Irlanda</i>	63
III.1.3 – <i>Igualdade de oportunidade crescente?</i>	64
III.2 – DEPENDÊNCIA DO CAPITAL AMERICANO?.....	65
III.2.1 – <i>A crise econômica de 2008/2009 e seus efeitos na Irlanda</i>	65
III.3 – PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O FUTURO	66
III.3.1 – <i>National Development Plan 2007-2013</i>	66
III.3.2 – <i>Fim do Tigre Celta?</i>	68
CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA I.1: COMPARAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES IRLANDEASAS EM 1973 E 2003.....	14
FIGURA I.2: BALANÇO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE PARA A IRLANDA.....	15
FIGURA I.3: RECEBIMENTOS LÍQUIDOS DA UE E TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA.....	17
FIGURA I.4: REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DO SISTEMA DE SUBSÍDIOS NO PREÇO DOS CEREAIS, LATICÍNIOS E CARNES.....	19
FIGURA I.5: PERCENTUAL DE TAXAÇÃO NA IRLANDA E PAÍSES SELECIONADOS.....	21
FIGURA I.6: PORCENTAGEM DE TAXAÇÃO SOBRE O INVESTIMENTO.....	22
FIGURA I.7: PORCENTAGEM NECESSÁRIA DE AUMENTO NOS LUCROS PARA ALCANÇAR O MESMO GRAU DE RENDA NÃO-TRIBUTÁVEL DA IRLANDA.....	22
FIGURA I.8: NÚMERO DE GRADUADOS NAS ÁREAS DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA (2000).....	24
FIGURA I.9: PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO ENTRE 25 E 34 ANOS QUE COMPLETOU PELO MENOS O ENSINO SUPERIOR.....	24
FIGURA I.10: DISPONIBILIDADE FUTURA DA FORÇA DE TRABALHO.....	25
FIGURA I.11: PROJEÇÕES DE ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO NA EUROPA.....	26
FIGURA I.12: TAXA DE LIBERDADE ECONÔMICA NA IRLANDA E MÉDIA DE CRESCIMENTO DO PIB (5 ANOS).....	28
FIGURA I.13: CARACTERÍSTICAS DA FORÇA DE TRABALHO IRLANDESA QUE MAIS ATRAEM OS INVESTIDORES EXTRANGEIROS.....	32
FIGURA I.14: CONVERGÊNCIA DO PIB PER CAPITA IRLANDÊS.....	35
FIGURA II.1: COMPARAÇÃO ENTRE O PIB TOTAL E O PNB TOTAL NA IRLANDA (1973-2003, EM € MILHÕES).....	38
FIGURA II.2: COMÉRCIO EXTERNO IRLANDÊS (EM €M).....	39
FIGURA II.3: PRINCIPAIS CATEGORIAS DE EXPORTAÇÃO (EM MILLHÕES DE EUROS).....	41
FIGURA II.4: RANKING DO IDH (1975-2005).....	41
FIGURA II.5: CRESCIMENTO DO IDH NO MUNDO: IRLANDA E DEMAIS REGIÕES.....	42
FIGURA II.6: ÍNDICE DE GINI NA IRLANDA E ALGUNS PAÍSES DA EUROPA (1995-2005).....	44
FIGURA II.7: TAXA DE DESEMPREGO NA IRLANDA (1961-2005).....	48
FIGURA II.8: TOTAL DA POPULAÇÃO EMPREGADA NA IRLANDA (1987-2008).....	48
FIGURA II.9: PIRÂMIDE ETÁRIA IRLANDESA EM 1990.....	50
FIGURA II.10: PIRÂMIDE ETÁRIA IRLANDESA EM 2005.....	50
FIGURA II.11: POPULAÇÃO DA IRLANDA E FLUXO MIGRATÓRIO (1951-2005).....	56

INTRODUÇÃO

A economia Irlandesa vem caminhando para uma posição de destaque no cenário internacional desde o início da década de 1990, com taxas de crescimento do PIB e do emprego muito acima da média da OECD¹. A habilidade em atrair IDE mostrou-se como o principal fator para o sucesso econômico irlandês: as empresas multinacionais contabilizam cerca de 6% do número de empregos diretos, e um percentual ainda maior se contabilizarmos os empregos indiretos. Os investidores são atraídos por um regime de taxaço competitivo, em um ambiente empresarial vibrante.

Entre 1990 e 1995 a economia apresentou uma taxa de crescimento média anual de 4,8%, e de 1995 a 2000, chegou a 9,5%. Desde então o crescimento manteve-se em uma patamar de 4% a 6% ao ano, um nível três vezes superior a média para o grupo UE-15. O crescimento da economia Irlandesa é refletido no PIB, que em 2006 alcançou 177 bilhões de dólares. Para uma população de 4,2 milhões de habitantes, isso é equivalente a 42.000 dólares per capita, a segunda mais alta na UE (depois de Luxemburgo). Medida com base na paridade do poder de compra², o nível de atividade da economia ou PIB por habitante é agora quase 40% acima da média para UE-25.

No primeiro capítulo iremos analisar alguns dos fatores, tanto internos quanto externos, que parecem ter contribuído para o forte crescimento da economia a partir da década de 1990. Entre eles podemos destacar a forte ligação econômica com os EUA e a participação no Mercado Comum Europeu (MCE), além do alto investimento em educação, a diminuição dos impostos sobre empresas e a abertura econômica ao mercado global. Os impostos sobre empresas são de 12,5%, as mais baixas dentro da UE, atraindo para o país grande volume de investimentos exetrnos. O investimento em educação, que desde a década de 1960 tem tido um papel fundamental, fez com que em 1990 a força de trabalho irlandesa já figurasse entre as mais bem preparadas e educadas de toda a UE, além de fazer com que o país tivesse o maior percentual de diplomados nas áreas científicas e tecnológicas. A promoção da

¹ *Organisation for Economic Co-operation and Development* é uma organização internacional formada pelos 30 países mais ricos do mundo, e que estão comprometidos com os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado.

² A PPC mede quanto é que uma determinada moeda pode comprar em termos internacionais (normalmente dólar), já que bens e serviços têm diferentes preços de um país para outro, ou seja, relaciona o poder aquisitivo de tal pessoa com o custo de vida do local, se ele consegue comprar tudo que necessita com seu salário.

competitividade e o bom gerenciamento econômico também se destacam como bons aspectos das políticas públicas das últimas 2 décadas.

O foco se deu na atração de investimentos para os setores de negócios que estão mais interligados com as necessidades da economia irlandesa e que podem operar competitivamente no país. Apesar disso, o grande influxo de IDE fez com que a Irlanda se transformasse em uma economia voltada para a exportação.

Após uma revisão dos fatores que alavancaram o crescimento econômico irlandês, encontram-se, no segundo capítulo, análises estatísticas comparativas, onde podemos verificar os impactos tanto econômicos quanto sociais do *boom* econômico. Observa-se que, adicionalmente à duplicação da renda per capita, as conquistas a partir do início da década de 1990 incluem a redução da taxa de desemprego de 18% para 4% e um aumento de 800.000, ou 70% no número de pessoas empregadas. A Irlanda consecutivamente alcançou o topo da tabela de crescimento econômico dos 30 integrantes da OECD, liderando com uma margem substancial. Num período de 5 anos, de 2001 a 2005, a taxa de crescimento do PIB foi de 5,3%, enquanto a segunda maior dentre os países da UE foi a Eslováquia, com 4,7%, fazendo com que a performance Irlandesa nos últimos 5 anos seja apontada como a melhor dentre os membros da UE.

Entretanto, a medida do PIB Irlandês foi inflada pela presença de capital estrangeiro no setor industrial: por excluir os lucros e dividendos repatriados por empresas de capital internacional, o PNB mensura de forma mais acurada a performance econômica Irlandesa. Na maioria dos países esses dois indicadores coincidem, o que não acontece na Irlanda, onde, nos últimos anos, o PIB excedeu o PNB em mais de 20%.

No terceiro capítulo, encontra-se uma análise dos principais desafios para o futuro da Irlanda, destacando-se a atual crise econômica mundial que teve início com a crise das hipotecas nos EUA e acabou se alastrando pelo mundo. A Irlanda não foi exceção: foi o primeiro país na zona do euro a entrar em recessão, principalmente pelo fato de sua economia estar estreitamente ligada à dos EUA. Apesar disso, o legado da década de crescimento de 1990 será possivelmente substancial, em particular pela transição da economia Irlandesa em uma das mais “saudáveis” e promissoras.

CAPÍTULO I - O NASCIMENTO DE UM TIGRE NA EUROPA: O DESENVOLVIMENTO IRLANDÊS ATÉ A ENTRADA DOS ANOS 90 DO SÉCULO XX

O objetivo deste capítulo é apresentar um pouco da história Irlandesa, desde a época do domínio inglês até o início da década de 1990, momento em que surgiu o chamado “Tigre Celta”. O capítulo foi dividido em três partes: na primeira, analisa-se a dependência do país com relação a Inglaterra; a segunda parte analisou a importância da entrada da Irlanda na UE, sendo este um dos primeiros países a integrar o bloco; e a terceira parte discute os principais fatores que levaram a Irlanda a uma posição de destaque na divisão internacional do trabalho, com grandes mudanças macro e microeconômicas.

1.1 - Relação de dependência com a Inglaterra e inserção histórica na Divisão Internacional do Trabalho

A Irlanda ficou sob o domínio Inglês por quase 800 anos, e após a Guerra da Independência (*War of Independence*), em 1922, a maior parte da Irlanda tornou-se independente do Reino Unido. Neste período, o país apresentava muito pouco a oferecer em termos econômicos. As políticas que vigoravam à época visavam a atração de capital externo para tentar combater a escassez crônica de capital, a falta de uma tradição industrial, a ausência de uma classe de empresários e gestores, e o quase inexistente acesso aos mercados externos (COSTA, 2004).

Vinte e seis condados constituíram o Estado Livre Irlandês, posteriormente descrito como República da Irlanda, enquanto que outros seis condados permaneceram sob o domínio britânico, constituindo a Irlanda do Norte. Ambas as partes da Irlanda possuíam a mesma moeda, até a criação da libra irlandesa, em 1979. Como resultado, ambas as partes dividiram os mesmos níveis de inflação/deflação no período. Durante o século XX, em geral, a economia da República da Irlanda era bem menos desenvolvida que a da Irlanda do Norte, sendo baseada principalmente na agricultura em pequenas (e pouco produtivas) propriedades.

Desde então, a Irlanda tentou se transformar em um país auto-suficiente. Como sua principal base econômica era a agricultura, era uma exportadora de produtos primários para a Inglaterra, e fabricava produtos industrializados apenas para atender à pequena demanda

interna de menos de 3 milhões de habitantes. A política econômica implementada era a de substituição de importações³ o que era traduzido em altos impostos para produtos importados. Entretanto, a estratégia não deu certo e os resultados foram desastrosos (McARDLE, 2005).

Em meados da década de 1950, ficou claro que era insustentável manter o protecionismo econômico. A Irlanda era um país agrícola e subdesenvolvido, um dos mais pobres da Europa (McARDLE, 2005). A economia do país encontrava-se em profunda depressão, enquanto as outras economias européias se recuperavam rapidamente do período pós-II Guerra, apresentando crescimentos espetaculares. O crescimento econômico simplesmente não existia, a inflação era um problema insolúvel, o desemprego crescia, a qualidade de vida se deteriorava, e o número de emigrantes quase igualava-se ao crescimento vegetativo da população. Eram necessárias mudanças radicais de natureza econômica, acabando com o protecionismo e realizando um processo de abertura econômica, para, assim, aumentar a competitividade. Novos empregos deveriam ser criados nos setores industriais e de serviços, modificando a estrutura setorial existente até então na Irlanda.

As mudanças começaram em 1958, quando T. K. Whitaker, na época secretário do Departamento de Finanças (*Department of Finance*) publicou um artigo oficial intitulado *Economic Development*. De acordo com Whitaker (1958), a Irlanda na década de 1950 estava em constante crise no balanço de pagamentos, que acabava sendo contornada ao custo de estagnação econômica e altas taxas de desemprego e inflação. Através desse artigo, o governo propôs mudanças como a atração de investimentos externos, o aumento do investimento produtivo (ao invés de investimento apenas social), o crescimento econômico e a introdução de um mercado livre de impostos, em oposição à restrição fiscal. Em 1960, a Irlanda reduziu unilateralmente suas tarifas de importação e começou a negociar um acordo de livre comércio com a Inglaterra. Esse acordo foi concluído em 1965 e, em 1967, a Irlanda passou a participar do *General Agreement on Tariffs and Trade*⁴ (GATT).

³ Substituição de importações, em economia, é um processo que leva ao aumento da produção interna de um país e à diminuição de suas importações. O processo de substituição de importações, quando fruto de política econômica, é geralmente obtido por controle de taxas de importação e manipulação da taxa de câmbio.

⁴ O *General Agreement on Tariffs and Trade* foi estabelecido em 1947, tendo em vista harmonizar as políticas aduaneiras dos Estados signatários. Constitui-se de um conjunto de normas e concessões tarifárias, criado com a função de impulsionar a liberalização comercial e combater práticas protecionistas, além de regular as relações comerciais internacionais.

1.2 - Irlanda na UE: o processo necessário de mudança

A criação da Comunidade Econômica Européia, com a assinatura do Tratado de Roma em 23 de março de 1957, foi a concretização das tendências da unificação européia, que tiveram início no continente com a instituição do Conselho da Europa, mediante o Tratado de 5 de março de 1949 (HOLMES, 2005).

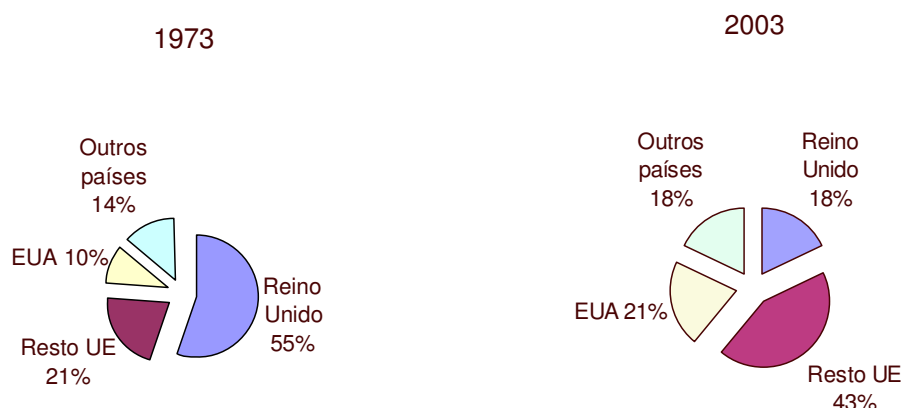
O Tratado de Roma, em vigor a partir de 1º. de janeiro de 1958, tinha por finalidade instaurar um mercado comum, além de um gradual agrupamento das políticas econômicas entre os Estados membros. A Comunidade formada inicialmente por seis Estados, Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Países Baixos, teve a adesão, em 1º. de janeiro de 1973, da Grã Bretanha, Dinamarca e Irlanda e, em 1º. de janeiro de 1986, da Espanha, Portugal e Grécia, a partir do que passou a ser considerada como sendo a "Europa dos doze". Por último, em 1º. de janeiro de 1995, Suécia, Finlândia e Áustria passaram a integrar a Comunidade Econômica Européia, com o que esta passou a ser denominada "Europa dos quinze".

A previsão do Tratado era a de se chegar ao mercado comum até 31 de dezembro de 1969, mas sequer se realizou nos anos setenta e primeira metade dos anos oitenta, em virtude da grande crise econômica mundial. No ano de 1985, a Comissão chegou a expor ao Parlamento europeu um programa para se chegar ao objetivo desejado até o final de 1992, sendo que no mesmo ano se apresentou o denominado Livro Branco, visando a dar atuação ao programa denominado "Mercado interno 1992". O empenho dos Estados membros a realizar a livre circulação de mercadorias, de serviços, de capitais e de pessoas foi estabelecido com o chamado "Ato único europeu", de 1º. de julho de 1987 porém com eficácia a partir de 1º. de janeiro de 1993.

Uma nova etapa no processo de criação de uma união mais estreita entre os Estados europeus foi criada com o Tratado sobre a UE (TUE), firmado em Maastricht, em 17 de fevereiro de 1992, e que entrou em vigor em 1º. de novembro de 1993. Seus principais objetivos são a criação de um espaço sem fronteiras internas, com o reforço da coalisão econômica e social e a instauração de uma união econômica e monetária. Esse Tratado visa, ainda, ao desenvolvimento de estreita cooperação nos setores de justiça e dos negócios internos, além de uma atuação de política externa e de segurança comum, incluindo uma possível defesa comum dos Estados membros.

Nesse contexto, a adesão da Irlanda à CEE teve importância vital na economia do país, já que permitiu o acesso de seus produtos à outros grandes mercados europeus, além de ter constituído um dos fatores de maior influência na decisão da localização de empresas multinacionais no país. Desde então, o país pôde negociar com outros países como parceiros comerciais, sem mais o fardo de seu passado colonial. Os produtos passaram a ter acesso livre à um mercado muito maior, e as exportações puderam se diversificar, já que não eram mais tão dependentes do mercados inglês. Conforme podemos perceber nas figuras abaixo, que mostram a participação dos países nas exportações irlandesas entre os períodos de 1973 e 2003, a participação inglesa teve um considerável diminuição (em percentual) entre os períodos analisados.

FIGURA I.1: Comparação das exportações irlandesas em 1973 e 2003



Fonte: CSO⁵ (2004)

A adesão da Irlanda à CEE aumentou as oportunidades de exportação para as firmas com base no país. Os benefícios não foram sentidos apenas no setor manufatureiro – a agricultura também se beneficiou dos novos mercados, transferências diretas e aumento dos preços decorrentes da Política Agrícola Comum (PAC) (YEO, 2004). Os subsídios da UE foram investidos principalmente em infra-estrutura como portos, estradas, aeroportos, universidades, telecomunicações e outras áreas que apresentam uma externalidade positiva sobre a economia. Com a modernização logística, houve um aumento da capacidade produtiva, atraindo principalmente empresas *high-tech* multinacionais.

⁵ O *Central Statistics Office* é o órgão irlandês responsável por coletar informações relacionadas à economia e sociedade no país.

Entre 1973 e 2004, a Irlanda pagou 12 bilhões de euros para o Fundo Estrutural Europeu⁶, e recebeu mais de 36 bilhões de euros, fazendo deste um importante instrumento para o desenvolvimento de setores como infra-estrutura de transportes, educação, indústria e treinamento dos trabalhadores.

Figura I.2: Balanço líquido das transferências da UE para a Irlanda

Statistics on Ireland's Net EU Receipts				
Year	Receipts from EU budgets (€ m)	Payments to EU budgets (€ m)	Net EU receipts (€ m)	% of GDP/GNI
2004	2,813.9	1,220.1	1,593.8	1.3%
2003	2,690.8	1,130.7	1,560.1	1.4%
2002	2,545.0	1,100.0	1,445.0	1.5%
2001	2,488.8	1,220.0	1,265.3	1.15%
2000	2,602.1	1,075.0	1,527.1	1.9%
1999	2,678.9	1,050.9	1,628.0	1.9%
1998	3,015.9	989.4	2,026.5	2.9%
1997	3,179.9	652.0	2,527.9	3.4%
1996	2,818.2	687.1	2,131.1	3.8%
1995	2,568.9	689.2	1,879.7	4.0%
1994	2,338.1	641.9	1,696.2	3.8%
1993	2,850.9	575.8	2,275.1	3.8%
1992	2,531.9	448.7	2,083.1	5.5%
1991	2,794.9	442.1	2,352.8	5.5%
1990	2,210.6	359.2	1,851.4	5.4%
1989	1,644.7	362.6	1,282.1	4.0%
1988	1,474.9	314.6	1,160.3	4.0%
1987	1,397.1	324.0	1,073.1	4.0%
1986	1,455.9	305.1	1,150.8	4.6%
1985	1,433.2	270.8	1,162.3	4.9%
1984	1,100.5	257.1	843.4	4.0%
1983	924.0	234.5	689.5	3.6%
1982	764.4	173.6	590.9	3.5%
1981	643.6	133.8	509.7	3.5%
1980	711.8	112.9	598.9	5.0%
1979	671.8	76.9	594.9	5.9%
1978	520.8	58.5	462.3	5.4%

⁶ *Structural Funds e Cohesion Funds* são fundos alocados pela UE com dois objetivos principais: prover suporte às regiões mais pobres da Europa e integrar a infra-estrutura europeia, especialmente no setor de transportes.

1977	346.5	28.1	318.5	4.4%
1976	151.7	17.0	134.7	2.3%
1975	138.5	12.4	126.1	2.6%
1974	85.6	7.0	78.6	2.0%
1973	47.1	5.7	41.4	1.2%
1973-2004	48,787.0	12,657	36,130	

Fonte: Finfacts Ireland

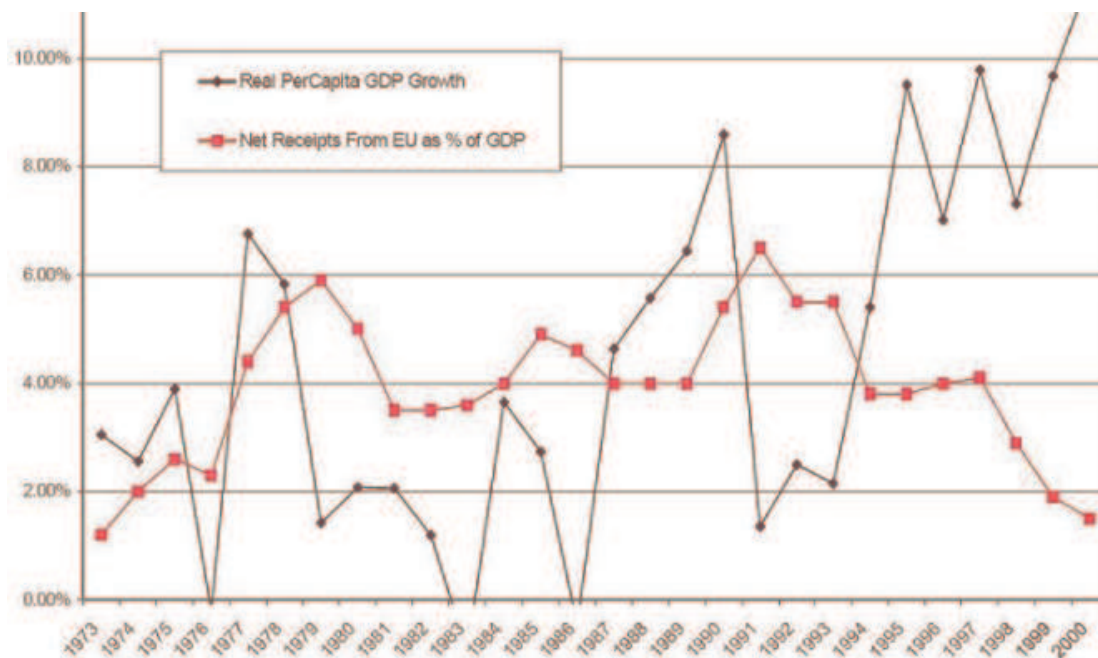
Em uma análise conjuntural, pode-se dizer que a Irlanda é o país na qual os fundos europeus são, proporcionalmente, mais importantes. O país recebeu ajuda adicional quando integrou o Sistema Monetário Europeu, em 1979, além de substanciais montantes financeiros do Fundo de Coesão. A importância dos Fundos Estruturais no PIB irlandês atingiu seu máximo no início dos anos 90, e desde então tem declinado. Serviu como catalisador para a mudança e ajudou a pôr em prática políticas anti-cíclicas na fase inicial do *boom*, vindo a perder importância desde então.

Portanto, conclui-se que os fundos estruturais da UE desempenharam um papel muito importante no desenvolvimento da economia irlandesa em um momento crucial de sua história. No entanto, essa importância está em declínio, já que hoje há forças de mudança mais importantes, como iremos analisar. Vale ressaltar que a Irlanda, diferente de outras regiões menos desenvolvidas, aproveitou o período de influxo de capitais para realizar grandes investimentos na área da educação e na melhoria das condições da força de trabalho, além de infra-estrutura de transportes (ÖZENEN, 2006).

Entretanto, os subsídios por si só não podem explicar o rápido crescimento econômico irlandês, já que outros dos países mais pobres da Europa, como Portugal, Espanha e Grécia, que também receberam pesados subsídios, cresceram a taxas de cerca de 2,5% no período de 1990 a 2000 (POWELL, 2003). Países como Portugal e Grécia, por exemplo, também tiveram acesso aos Fundos Estruturais Europeus mas, em contraste com a experiência irlandesa, não foram usados tão produtivamente (YEO, 2004).

Além disso, não existe uma correlação positiva entre a taxa de crescimento da economia irlandesa e o recebimento de subsídios da UE em porcentagem do PIB per capita, como podemos ver no gráfico abaixo:

Figura I.3: Recebimentos líquidos da UE e taxas de crescimento do PIB per capita



Fonte: Ireland Department of Finance (2007)

A introdução do euro como moeda também teve efeitos positivos sobre a economia, principalmente por ser uma moeda forte e ter taxas de câmbio mais favoráveis em relação ao dólar e a libra esterlina, em comparação com a antiga moeda, a libra irlandesa. Para participar da *Economic and Monetary Union*⁷ (EMU) era necessário baixar as taxas de juros, que acabaram por atrair investimentos. Sem a EMU, estima-se que a taxa de juros seria muito mais alta que a atual, para poder conter o alto crescimento econômico irlandês.

O impacto cultural proporcionado pela adesão do país à UE se espalhou por todas as áreas da vida econômica e social. No campo das relações industriais, por exemplo, a Irlanda passou a trilhar um caminho mais parecido com países como a Alemanha e a Dinamarca, onde os sindicatos construam parcerias, em oposição ao sistema britânico, conhecido por conflitos entre as classes (COSTA, 2004).

⁷ *Economic and Monetary Union*, em economia, é a situação em que mais de um país concordam em compartilhar uma moeda única.

I.2.1 – A Política Agrícola Comum

Um outro fator importante da adesão à UE foi o acesso ao mercado europeu dos produtos agrícolas irlandeses, auferido através da Política Agrícola Comum. A PAC tem por objetivo ajudar o setor agrícola contra a competição externa através da imposição de altas barreiras tarifárias nas fronteiras da UE. Isso auxiliou na alavancagem da agricultura européia e possibilitou a entrada da Irlanda na era da agricultura moderna. Desde a década de 1970, os custos da PAC cresceram continuamente quando comparados aos seus benefícios ao longo dos anos. Esses custos recaíram não apenas nos consumidores europeus, como também em agricultores nas outras partes do mundo, já que depreciaram os preços no mercado internacional (O'DRISCOLL, 2001).

Através da PAC, os produtos agrícolas irlandeses ganharam acesso a maiores mercados, e a preços melhores. Alguns dos princípios da PAC são (KONING, 2006):

i) Nível comum de preços: os países membros da UE devem ter um nível de preços comum para os principais produtos agrícolas, de forma a não beneficiar nenhum produtor de determinado país;

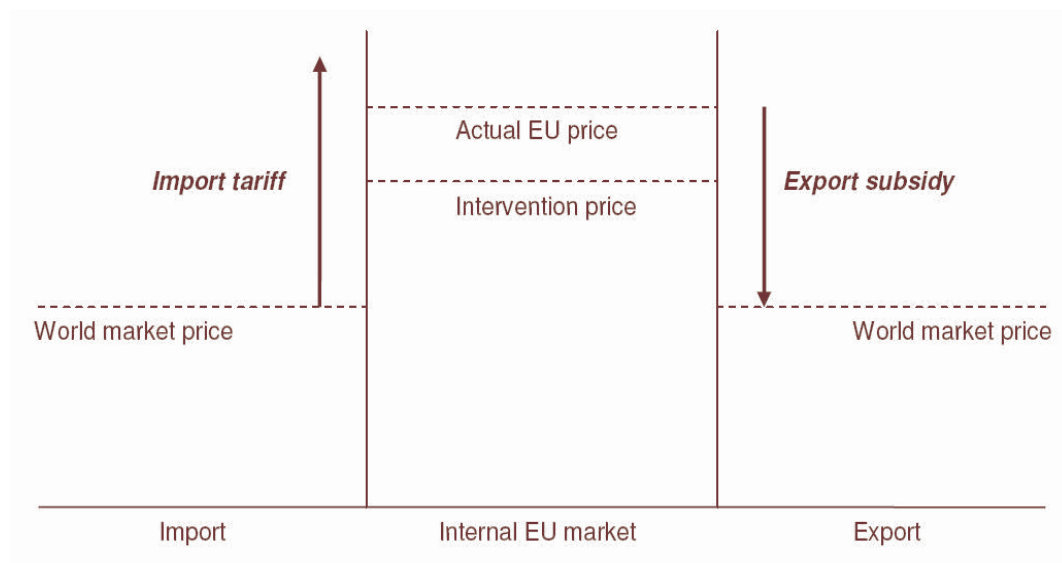
ii) Mercado Unificado e Livre troca de produtos: dentro da UE, os produtos agrícolas podem mover-se livremente de um país para outro, sem nenhum tipo de tarifação. Já os produtos provenientes de países de fora da UE são impostas altas tarifas, para proteger os agricultores de produtos baratos do mercado internacional;

iii) Preferência pelos produtos comunitários: produtos agrícolas que são consumidos dentro da UE, e que podem ser produzidos internamente com eficiência, devem ser comprados do mercado da UE, e as tarifas de importação devem ser suficientemente elevadas para garantir isso;

iv) Paridade e produtividade: paridade significa que os trabalhadores agrícolas devem ter uma renda igual ao de trabalhadores de outros setores. Isso deve ser alcançado pelos preços dos produtos agrícolas, levando-se em conta que estes não podem ser muito altos, já que o acesso aos produtos pela população é também importante. Além disso, o aumento da produtividade na agricultura deve ser estimulado para que os agricultores possam produzir a preços mais baixos.

v) Solidariedade financeira: todos os custos da PAC devem ser financiados por um fundo comum, com recursos provenientes das tarifas de importação para produtos agrícolas e de outras rendas governamentais.

Figura I.4: Representação esquemática do sistema de subsídios no preço dos cereais, laticínios e carnes



Fonte: http://www.roppa.info/IMG/pdf/Niek_Koning-Agriculture_development_and_international_trade-Niamy_November_2006.pdf

1.3 - As mudanças que possibilitaram o crescimento e desenvolvimento: fatores internos e externos

Podemos destacar alguns fatores que contribuíram para a alavancagem do desenvolvimento econômico irlandês. Foram mudanças tanto na esfera externa quanto interna da economia que, juntas, foram responsáveis pelas altas taxas de crescimento.

I.3.1 – Fatores internos

i) Desregulação e Competitividade

Os avanços feitos no sentido de promover a competitividade e a desregulamentação nos diferentes setores da economia ajudaram a criar as condições de base necessárias para o forte crescimento econômico experimentado pelo país. Em 1999 a OECD fez um ranking dos países com maior abertura econômica, e a Irlanda figura em terceiro lugar. A baixa intervenção governamental nos negócios, comparada com os demais países europeus, provou-se decisiva na atração de investimentos. Além disso, a introdução de leis de competitividade

estimulou, principalmente, o setor de serviços, e a liberalização de serviços de transporte fez com que os preços das passagens aéreas para a Irlanda despencassem, contribuindo com o turismo.

ii) *Social Partnership* (Parceria Social)

A famosa Parceria Social irlandesa é, na verdade, uma cópia do modelo usado pelos países nórdicos e pela Áustria. A primeira Parceria Social foi feita em 1987, como um acordo multi-anual entre os parceiros sociais (Governo e trabalhadores) para facilitar as difíceis decisões financeiras feitas na época para ajudar a economia. Nesse caso, os sindicatos se comprometeram a moderar os aumentos de salários em troca do comprometimento do governo em manter um estado de bem-estar social. Os dois elementos-chave eram a moderação no aumento de salários e flexibilidade trabalhista, em troca de redução dos impostos e aumento da participação dos sindicatos e comitês trabalhistas nas decisões econômicas, o que causou uma inacreditável melhora nas finanças públicas, assegurando estabilidade macroeconômica e da força de trabalho. Os acordos de *Social Partnership* ajudaram também a reduzir a inflação e a disciplinar e controlar as finanças públicas, criando um clima de estabilidade no âmbito das relações industriais.

O primeiro passo foi o *Programme of National Recovery* (PNR) 1988-1990, acordado entre o governo do Fianna Fáil⁸ e os parceiros sociais, em 1987. Em troca da redução da demanda por salários maiores, os sindicatos passaram a ter maiores garantias sobre as futuras políticas governamentais. O *Programme for Economic and Social Progress* (PESP) 1991-1993 e o *Programme for Competitiveness and Work* (PCW) 1994-1997 foram similares ao PNR, com acordos nas áreas de reforma fiscal e igualdade social. Em 1997, a *Partnership 2000* (P2K) foi acordada entre todos os grupos de interesse, incluindo grupos voluntários. A parceria à nível empresarial foi o elemento-chave do P2K.

O esforço do governo irlandês em criar a Parceria Social com uma grande abrangência irá prover uma boa fundação para a Irlanda poder continuar sua corrida em direção ao crescimento econômico sustentado (YEO, 2004).

⁸ Partido centralista dominante na República da Irlanda.

iii) Política Fiscal

Há um consenso geral entre os economistas de que o motivo que levou ao milagre econômico irlandês foram os baixos impostos sobre empresas, que figuram entre os menores da Europa. Porém, muitos argumentam que o status da Irlanda de uma economia com baixas taxas é uma consequência do Tigre Celta, e não sua causa. Blue (2000) expõe que o objetivo da queda na taxaço era diminuir a inflação e o desemprego, o que pode ser comprovado pelas estatísticas. De qualquer forma, taxas mais baixas combinadas com estabilidade macroeconômica resultaram em um alto grau de confiança dos investidores, e em uma alta atividade do setor privado (BLUE, 2000).

A partir da década de 1950, foi introduzida na Irlanda um regime de taxaço preferencial para atividades manufatureiras e exportadoras; por pressão da UE, foi necessário aumentar a taxaço para 10% durante a década de 1980, e a partir do ano de 2000 houve um novo aumento, para um patamar de 12,5%, já que os outros países membros estavam perdendo investimentos por conta de suas altas taxações sobre o investimento.

Empresas multinacionais de computadores, como a Intel e a Apple, necessitavam de uma base européia já que o continente era um dos mais importantes na guerra entre as gigantes do setor. A opção encontrada foi a Irlanda, que oferecia uma baixíssima taxaço sobre os lucros empresariais. Adicionalmente, foi criada uma agenda de cooperação e promoção de negócios entre a Irlanda e os EUA, resultando em um grande influxo de capital americano no país, que representava uma barata plataforma de exportação de bens para o restante da Europa.

Figura I.5: Percentual de taxaço na Irlanda e países selecionados

Rank	TAXAÇÃO BRUTA		TAXAÇÃO EFETIVA			
	País	Taxa %	INDÚSTRIA		SERVIÇOS	
	País	Taxa %	País	Taxa %	País	Taxa %
1	Japão	41.0	EUA	23.6	França	25.8
2	EUA	39.2	França	23.2	EUA	24.8
3	França	37.8	Canadá	22.8	Canadá	24.6
4	Canadá	36.4	Japão	22.6	Japão	24.0
5	Alemanha	35.0	Alemanha	21.1	Itália	21.4
6	Itália	31.3	Itália	18.1	Alemanha	20.8
7	Reino Unido	30.0	Reino Unido	17.2	Reino Unido	17.2
8	Suécia	28.0	Suécia	14.4	Suécia	14.2
9	Irlanda	12.5	Irlanda	5.3	Irlanda	5.3

Fonte: Mintz and Wilson, 2000

O regime de taxaço irlandês, combinado com custos operacionais competitivos e a disponibilidade de mão-de-obra altamente qualificada continuam a prover alto grau de retorno aos investimentos. A Irlanda opera um sistema clássico de taxaço empresarial, onde os impostos pagos em dividendos corporativos são independentes dos impostos pagos pela empresa que está pagando os dividendos e nenhum crédito é disponibilizado para os *shareholders*⁹ para impostos pagos a nível corporativo. Uma companhia que se instala na Irlanda por motivos fiscais estará sujeita aos impostos corporativos de acordo com sua receita a nível mundial. Com algumas excessões, uma companhia incorporada na Irlanda é sujeita automaticamente ao regime fiscal irlandês, assim como empresas controladas e gerenciadas no país.

Figura I.6: Porcentagem de taxaço sobre o investimento

PAÍS	%
IRLANDA	12.5%
CHINA	25.0%
HOLANDA	25.5%
REINO UNIDO	30.0%
JAPÃO	41.0%
ALEMANHA	35.0%
BÉLGICA	33.9%
FRANÇA	34.4%
EUA	39.5%

Fonte: Deloitte & Touche (2008)

Figura I.7: Porcentagem necessária de aumento nos lucros para alcançar o mesmo grau de renda não-tributável da Irlanda

PAÍS	%
CHINA	16.67%
HOLANDA	17.45%
REINO UNIDO	21.53%
ALEMANHA	25.00%
BÉLGICA	32.56%
FRANÇA	33.45%
EUA	44.63%
JAPÃO	48.31%

Fonte: Deloitte & Touche (2008)

⁹ O termo *shareholders* significa acionistas e é usado para designar todos aqueles que possuem parte da empresa ou da organização.

iv) Investimento em Capital Humano e educação

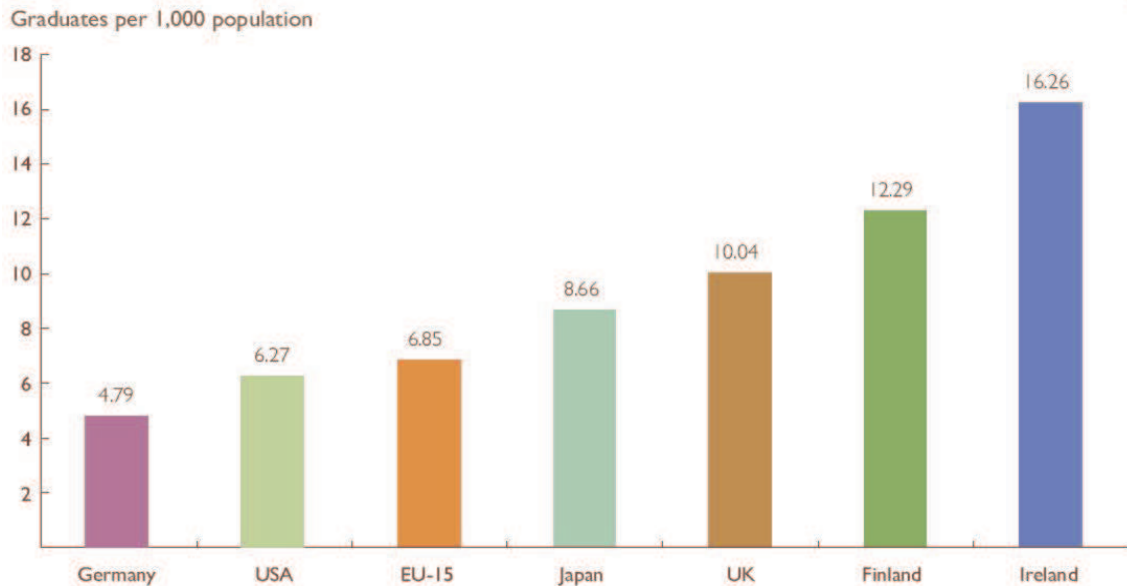
Após a II Guerra Mundial, a Irlanda foi na contramão dos outros países europeus e não fez investimentos em educação. Apenas em 1967, mais de 20 anos depois, que o país entendeu que não conseguiria atrair IDE de longo prazo caso não tivesse uma mão-de-obra qualificada e com alto grau de instrução, criando assim uma nova estratégia para este setor, e que foi perseguida por sucessivos governos. Foi justamente nesse ano que foi introduzida a idéia de gratuidade no ensino secundário (ensino médio), e mesmo nos anos 80, quando houve retração orçamentária em quase todos os setores da economia, os recursos destinados à educação se mantiveram estáveis.

Assim, em 1990 a força de trabalho irlandesa já estava entre as mais bem preparadas e educadas de toda a UE. Os investimentos se deram principalmente na criação e manutenção de um sistema de ensino público de qualidade e o acesso a um ensino superior de baixo custo. Segundo um estudo da Organização das Nações Unidas¹⁰ (ONU), os jovens irlandeses apresentam grau de aprendizagem acima da média mundial. Além disso, o país passou a atrair imigrantes qualificados, e muitos irlandeses que haviam deixado o país retornaram com o *boom* econômico, trazendo consigo suas experiências vivenciadas em outros países, ajudando ainda mais no aumento de produtividade durante os anos 1990. Isso permitiu também que o país atraísse um nível substancial de IDE, com incorporação de trabalho altamente qualificado, e de desenvolver setores nacionais intensivos em conhecimento, particularmente na área da Tecnologia da Informação (TI).

Com o aumento relativo do nível de competitividade irlandês, houve uma ênfase no ensino nas áreas de ciências e tecnologia, e houve um aumento do investimento nas áreas de pesquisa. Um censo nacional identificou as áreas de tecnologia de comunicação e biotecnologia como as mais promissoras para o futuro, sendo peças-chave no desenvolvimento de novas tecnologias.

¹⁰ Organização internacional cujos objetivos são a cooperação internacional, o desenvolvimento econômico, o progresso social, os direitos humanos e a paz mundial.

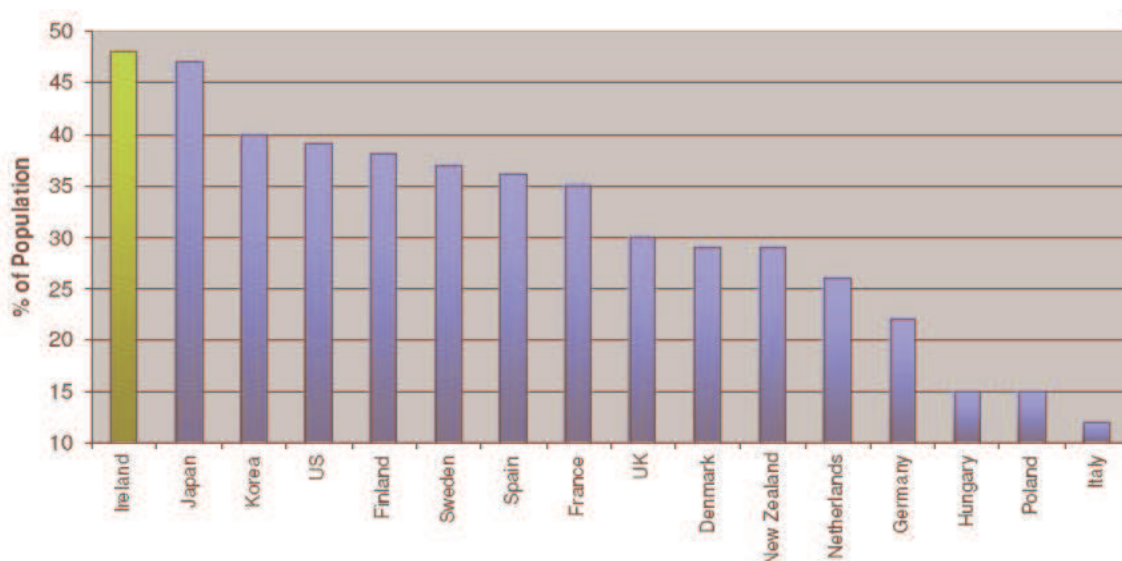
Figura I.8: número de graduados (por 1000 habitantes) nas áreas de ciências e tecnologia (2000)



Fonte: European Commission, Third European Report on Science & Technology Indicators (2003)

Os efeitos dessa reforma no sistema educacional são visíveis: cerca de 2/3 daqueles que nasceram a 65 anos atrás deixavam a escola apenas com a educação primária (ensino fundamental); já em 1995, cerca de 80% dos estudantes saem da escola com um diploma de educação secundária (ensino médio), e quase 50% continuam estudando no nível superior, patamar superior ao de países como EUA, Reino Unido e Alemanha. A previsão é de que os dados continuem apresentando melhora por mais 1 década, até se estabilizarem.

Figura I.9: Porcentagem da população entre 25 e 34 anos que completou pelo menos o Ensino Superior



Fonte: OECD (2002)

Entre os que terminam o ensino superior, a Irlanda apresenta, em 2001, o maior percentual de diplomados nas áreas científicas e tecnológicas de toda UE, sendo as maiores concentrações de especialistas nos estudos empresariais (11.534), seguida por Engenharia (6.308), Ciências (4.987) e Computadores e Software (4.588), em um total de 48.143 diplomados (CSO, 2001).

v) Mudança demográfica

Com relação à dinâmica demográfica, a Irlanda se beneficiou do fato de ter mantido, até a década de 1980, uma taxa de fertilidade e crescimento demográfico bastante superior à média europeia. Desde então, o país apresenta uma queda vertical na taxa de fertilidade, passando de 22 nascidos por grupo de 1.000, em 1980, para 13 por 1.000, em 1994. Apesar disso, a média ainda é superior à europeia, o que levou o país a ter a população mais jovem dentre os países da OCDE, representando um maior contingente de trabalhadores em idade economicamente ativa.

Em consequência disso, a Irlanda apresenta uma clara vantagem na manutenção de uma população relativamente mais jovem, com uma maior rotatividade do mercado de trabalho e também uma menor sobrecarga com relação aos sistemas de seguridade social. A queda na taxa de fertilidade também foi importante por conta no impacto na taxa de dependência, ou seja, quantas pessoas cada trabalhador sustenta. Em 1985 essa taxa era de 2,3 dependentes por pessoa empregada, caindo para os mesmos níveis da média da UE em 2000. A Irlanda tem a maior taxa de crescimento populacional entre os países da UE (CSO, 2007): neste ano, a população cresceu 2,5%, totalizando 4,34 milhões. Desse total, 2/3 se devem à imigração, enquanto o outro 1/3 é explicado pelo crescimento natural da população.

Figura I.10: Disponibilidade futura da força de trabalho

Países	População com menos de 25 anos em 2010 (%)	Idade média	População com menos de 25 anos em 2020	Idade média
Irlanda	34.0	34.6	32.8	38.0
EUA	34.8	36.3	33.5	37.0
França	30.5	40.1	29.2	42.2
Reino Unido	29.9	40.0	27.5	41.4
Holanda	29.4	41.1	27.5	43.6
UE	27.5	40.8	24.7	43.6
Portugal	27.2	40.1	25.7	44.0
Hungria	26.6	40.0	23.4	43.6
República Tcheca	25.5	40.5	22.2	44.7
Alemanha	25.2	44.0	23.4	46.7
Japão	23.5	44.5	21.8	48.2

Fonte: ONU, World Population Prospects: The 2002 Revision.

Figura I.11: Projeções de envelhecimento da população na Europa

	Percentual 65+ anos			Percentual 80+ anos			Taxa de dependência da população idosa (%)	
	2008	2035	2060	2008	2035	2060	2008	2060
EU27	17.1	25.4	30.0	4.4	7.9	12.1	25.4	53.5
Belgica	17.0	24.2	26.5	4.7	7.4	10.2	25.8	45.8
Bulgaria	17.3	24.7	34.2	3.6	7.1	12.8	25.0	63.5
República Tcheca	14.6	24.1	33.4	3.4	7.9	13.4	20.6	61.4
Dinamarca	15.6	24.1	25.0	4.1	7.7	10.0	23.6	42.7
Alemanha	20.1	30.2	32.5	4.7	8.9	13.2	30.3	59.1
Estonia	17.2	22.8	30.7	3.6	6.8	10.7	25.2	55.6
Irlanda	11.2	17.6	25.2	2.8	5.0	9.6	16.3	43.6
Grécia	18.6	26.3	31.7	4.1	7.9	13.5	27.8	57.1
Espanha	16.6	24.8	32.3	4.6	7.2	14.5	24.2	59.1
França	16.5	24.4	25.9	5.0	8.5	10.8	25.3	45.2
Itália	20.1	28.6	32.7	5.5	9.1	14.9	30.5	59.3
Chipre	12.4	19.0	26.2	2.8	5.3	8.6	17.7	44.5
Letônia	17.3	23.7	34.4	3.6	6.7	11.9	25.0	64.5
Lituânia	15.8	24.3	34.7	3.3	6.4	12.0	23.0	65.7
Luxemburgo	14.2	21.3	23.6	3.5	5.8	8.9	20.9	39.1
Hungria	16.2	23.1	31.9	3.7	7.6	12.6	23.5	57.6
Malta	13.8	24.8	32.4	3.2	8.3	11.8	19.8	59.1
Holanda	14.7	25.9	27.3	3.8	8.0	10.9	21.8	47.2
Austria	17.2	26.1	29.0	4.6	7.2	11.4	25.4	50.6
Polônia	13.5	24.2	36.2	3.0	7.7	13.1	19.0	69.0
Portugal	17.4	24.9	30.9	4.2	7.6	12.8	25.9	54.8
Romênia	14.9	22.9	35.0	2.8	6.2	13.1	21.3	65.3
Eslovênia	16.1	27.4	33.4	3.5	8.4	13.9	23.0	62.2
Eslováquia	12.0	23.0	36.1	2.6	6.4	13.2	16.6	68.5
Finlândia	16.5	26.4	27.8	4.3	9.4	10.8	24.8	49.3
Suécia	17.5	23.6	26.6	5.3	8.1	10.0	26.7	46.7
Reino Unido	16.1	21.9	24.7	4.5	6.7	9.0	24.3	42.1
Noruega	14.6	22.6	25.4	4.6	7.1	10.0	22.1	43.9
Suiça	16.4	25.2	28.0	4.7	7.7	11.1	24.1	48.5

Fonte: Eurostat.

vi) Política Industrial

A partir da década de 1950, a Irlanda foi gradualmente mudando de uma política industrial protecionista para um regime liberal com relação ao IDE. Essa evolução incluiu uma atitude positiva com relação ao investimento externo, maior eficiência administrativa para responder às necessidades das empresas multinacionais e o fim das restrições para empresas estrangeiras de fazer remessas de lucro ao exterior.

vii) Competência governamental:

Desde o início da década de 1990 que muitas empresas multinacionais tem estabelecido suas matrizes na Irlanda, o que exigiu uma atitude pró-ativa do governo com relação a decisões estratégicas de longo prazo. O governo irlandês tem tido uma atitude ativa e positiva no desenvolvimento dos negócios, investindo em capital humano e seguindo uma

política de atração de IDE. Baixos impostos sobre empresas e a promoção da Irlanda como uma boa localização para investimentos também provaram ser importantes.

I.3.2 – Fatores externos

Fatores externos são aqueles nos quais o governo e a população tem pouca ou nenhuma influência. Todos esses fatores aportaram na Irlanda quase ao mesmo tempo, criando uma conjuntura econômica favorável, e tomando-se em conta de que pequenas economias (como a irlandesa) dependem em grande parte de fatores externos para se desenvolverem (YEO, 2004).

i) Mercado Comum Europeu

Conforme comentado anteriormente neste trabalho, a adesão à UE e consequente participação no MCE foi decisivo para a atração de IDE para a Irlanda, já que forneceu um ímpeto à disciplina orçamental, à boa gestão econômica e à liberalização do mercado, o que foi altamente benéfico. Muitas empresas americanas se instalaram no país, atraídas pela baixa taxaço nos investimentos, pelos subsídios oferecidos pelo governo, e pela alta qualificação e escolaridade dos trabalhadores, que além disso tem o inglês como primeira língua. Muitas empresas americanas passaram a usar a Irlanda como plataforma para operar no mercado europeu. O rápido crescimento dos EUA durante a década de 1990 combinado com o renascimento do comércio europeu foram fatores que também contribuíram para o sucesso irlandês.

ii) Crescimento econômico americano

Grande parte do sucesso irlandês se deu por conta de pesados investimentos americanos no país. Durante a década de 1990, a economia americana também apresentava um *boom*, principalmente nos setores industriais de computação e de saúde. Isso fez com que as empresas americanas buscassem novos mercados (tendo a UE como principal foco) onde pudessem obter maiores lucros. A Irlanda acabou atraindo a maior parte desses investimentos, especialmente pela política de baixa taxaço ao capital estrangeiro. Assim, o sucesso econômico irlandês está intimamente ligado ao sucesso econômico americano.

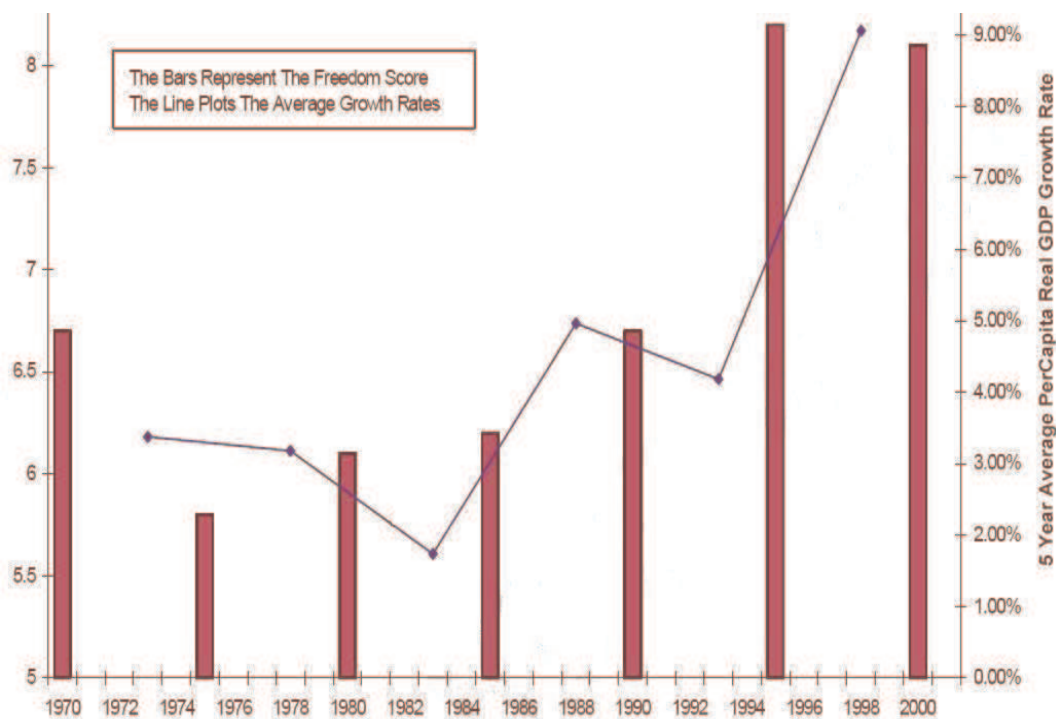
Walsh (2000) argumenta que todos os fatores mencionados acima tiveram importância fundamental na criação do chamado Tigre Celta, porém não poderíamos estabelecer a importância relativa de cada um deles.

Já de acordo com Benjamin Powell, o crescimento irlandês não foi explicado por nenhuma das mudanças acima, mas sim pela liberdade econômica que passou a vigorar no país a partir da década de 1990. De acordo com ele:

"Algumas das explicações acima citadas para explicar o crescimento econômico irlandês estão simplesmente erradas. O IDE, por exemplo, teve importante feed back positivo na economia, porém fracassa em explicar porque ele ocorreu. A pergunta interessante é o quê realmente favorece o surgimento das condições que estimulam o crescimento, e nesse contexto podemos dizer que o fator-chave institucional é o grau de liberdade econômica experimentado pela população". (tradução nossa) (POWELL, 2003).

No gráfico abaixo, podemos perceber a correlação que Powell tenta demonstrar:

Figura I.12: Taxa de liberdade econômica na Irlanda e média de crescimento do PIB (5 anos)



Fonte: OCDE (2002)

De acordo com o Índice de Liberdade Econômica 2009, a Irlanda é o quarto melhor país no ranking, com uma taxa de 82,2, e apresenta o maior grau de liberdade econômica entre os países europeus. A dinâmica econômica do país é aberta ao comércio e investimento globais, e seu eficiente ambiente de negócios continua atraindo significativos investimentos estrangeiros. O nível de liberdade financeira é alto, e os mercados financeiros são transparentes e competitivos. A liberdade de propriedade é protegida por um sistema Judiciário independente e eficiente.

I.3.3 - A importância do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) na economia irlandesa

À partir da década de 1960 o Governo Irlandês passou a estimular o investimento no setor industrial; onde até então a agricultura era o principal pilar econômico, fez-se necessário o investimento neste novo setor já que o setor primário entrava em declínio (COSTA, 2004). Com o crescimento da mão-de-obra qualificada e estratégias do Governo como a redução de impostos, empresas estrangeiras começaram a ser atraídas para o país, principalmente no setor da indústria transformadora (eletrônica e computação).

As entradas de capital externo se mostraram vitais na economia do país e a prova disso são os estoques de IDE em relação ao PIB, que desde 1980 (excluindo os anos de 90 à 95) possuem valor acima dos 100%, levando-se em conta que a média mundial gira em torno dos 15%.

Em meados de 2003, quase 25% das empresas de capital estrangeiro existentes no país eram britânicas. Ao todo 1100 empresas exerciam atividades no país em diferentes ramos industriais como *e-business*, software, IT, farmacêutico, serviços financeiros e a já citada indústria transformadora. O setor de eletrônica se mostrou um dos mais propensos ao investimento, tendo em vista sua base de oferta, baixos custos operacionais e mão-de-obra qualificada. Este crescimento propiciou a Irlanda um ótimo posto: 1/3 de todos os computadores pessoais vendidos na Europa são provenientes de empresas com base na Irlanda e o setor farmacêutico recebe quase 1/3 de todo o IDE realizado na Europa. A indústria farmacêutica é um dos casos de maior sucesso na Irlanda: nove das dez maiores companhias mundiais na produção de medicamentos estão presentes no país. Os fatores que contribuíram para isso são o enquadramento político, regulatório e fiscal muito favoráveis, além do acesso ilimitado ao mercado europeu e a também mão-de-obra qualificada com inglês como língua principal.

O período do *boom* econômico irlandês foi marcado por um grande influxo de IDE, durante o qual a Irlanda transformou-se em uma economia voltada para a exportação, com um próspero setor manufatureiro e, mais recentemente, um crescente setor de serviços. Cerca de 90% do *output* das empresas multinacionais são exportados, enquanto que as empresas de capital irlandês exportam apenas 36%, o que comprova que o aumento do número de empresas estrangeiras nas últimas 4 décadas desempenhou um importante papel na abertura da economia ao exterior.

Com a entrada de multinacionais na Irlanda, novas tecnologias e avanços no setor de produção foram implementados, benefícios que até então eram desconhecidos localmente. Houve então uma transferência tecnológica para as empresas locais, expandindo o setor de alta tecnologia e aumentando a oferta de trabalho. Por trás destas mudanças está um fator muito importante que é a estratégia política, que visava atrair indústrias e capital estrangeiro, com incentivos fiscais e pacotes financeiros. Essa estratégia gerou a reestruturação do setor da indústria transformadora, pois o foco da política se concentrou nos setores eletrônico, softwares, serviços de saúde e farmacêuticos. Onde antes havia empresas locais com baixa tecnologia e produção voltada para o mercado interno e britânico, agora brotam empresas de alta tecnologia voltadas para o mercado externo.

A IDA¹¹ (*Industrial Development Agency*), uma das principais agências governamentais irlandesas, teve um papel bastante importante na atração de IDE (COSTA, 2004). A forma de atuação da IDA se dá através de:

- Foco na atração de investimentos para os setores de negócios que estão mais focados com as necessidades da economia irlandesa e que podem operar competitivamente no país;
- Criação de *links* entre os negócios internacionais, a educação de nível universitário e centros de pesquisa, para assegurar que as habilidades necessárias e as pesquisas estejam convergindo;
- Construção de *clusters*¹² de alto nível de excelência focados em atividades baseadas no conhecimento;

¹¹ Agência governamental irlandesa responsável por assegurar novos investimentos externos no setor industrial e exportador, além de encorajar os investidores já existentes na expansão de seus negócios.

¹² Um cluster, ou aglomerado de computadores, é formado por um conjunto de computadores, que utiliza um tipo especial de sistema operacional classificado como sistema distribuído.

- Exercer forte influência sobre as necessidades de competitividade da economia, com foco no desenvolvimento de infra-estrutura e serviços de suporte para os negócios, além de focar em educação e problemas de regulação com relação às políticas da UE.

Com todos os fatores citados acima, um pequeno número de setores se desenvolveu, concentrando a indústria que passou a se tornar especializada; essa especialização em determinados produtos trouxe o *spillover* para o setor doméstico criando laços com a indústria doméstica. Um exemplo disso é que muitas empresas pequenas e de capital nacional estabeleceram nichos de atividade dentro do setor de software, um dos que mais crescem na Irlanda.

Podemos concluir, portanto, que uma política prolongada e consistente de atração de IDE para o país acabaram por estabelecer uma base industrial moderna e competitiva, trazendo também um aumento na demanda por trabalho qualificado (RUANE, 2006).

- Fatores de atração do IDE

Entre os principais fatores de atração das empresas estrangeiras para a Irlanda, destacam-se (COSTA, 2004):

- Estabilidade política e macro-econômica;
- Sensatez do sistema legal e regulatório;
- Liberdade para repatriamento de lucros;
- Transparência das leis fiscais.

Além disso, podemos destacar que a língua comum e os fortes laços culturais com os EUA favoreceram os investimentos americanos no país, de forma mais favorável do que aconteceria em outro país europeu. Outros 2 fatores também justificam uma atenção especial, já que também foram responsáveis por atrair investimentos para o país: a oferta de trabalho e a política industrial irlandesa, destacando-se o regime fiscal.

i) A Oferta de Trabalho

A partir da década de 60, pode-se observar uma maior quantidade de jovens cursando o ensino superior, o que evidencia uma melhora no sistema educacional. O mercado de trabalho irlandês tornou-se cada vez mais qualificado e competitivo, jovens atraídos pela oferta de trabalho porém com salários mais baixos do que a média europeia começaram a voltar para seu país de origem, visto que na década de 80 o índice de emigração dos trabalhadores jovens e qualificados foi muito alto. Acreditava-se que o alto crescimento da força de trabalho aumentava o desemprego e contribuía negativamente para o *brain drain*¹³. Isso comprova que a disponibilidade de uma mão-de-obra abundante e qualificada não é condição suficiente para um rápido crescimento econômico, mas que, caso outras condições sejam garantidas, então este passa a ter papel muito positivo no processo.

A qualificação da mão-de-obra irlandesa é um dos principais fatores que atraem empresas multinacionais atualmente, de acordo com o último senso *Institute for Management Development (IMD)*. Dentre as qualidades da força de trabalho se destacam o entusiasmo em atividades cotidianas, motivação dos trabalhadores, capacidade de resolver problemas e flexibilidade. De acordo com executivos que representam as multinacionais instaladas no país, o sistema educacional irlandês cumpre de forma bastante eficaz as necessidades de uma economia competitiva, à frente de outros países da UE e até mesmo dos EUA.

Figura I.13: Características da força de trabalho irlandesa que mais atraem os investidores estrangeiros

Países	Flexibilidade e Adaptação	Motivação
Irlanda	8,2	7,13
EUA	7,65	7,07
Holanda	6,76	6,61
Hungria	6,63	6,42
Espanha	6,35	5,53
Reino Unido	6,33	5,98
Portugal	6,24	4,88
República Checa	5,65	5,55
Japão	5,33	6,44
Alemanha	4,7	5,9
França	4,57	4,86

Fonte: IMD World Competitiveness Yearbook 2004.

¹³ Fuga de cérebros é uma emigração em massa de indivíduos com aptidões técnicas ou de conhecimentos, normalmente devido a conflitos étnicos e guerras civis, falta de oportunidade, ou instabilidade política nestes países.

ii) A Política Industrial

A Irlanda tem centrado esforços em políticas pró-ativas de atração de IDE desde o final dos anos 60, com o final do protecionismo. Como principais medidas observamos a baixa taxa de empréstimos para ativos fixos e os baixos impostos. Essas políticas se concentraram em setores específicos e segmentados, como por exemplo os ramos de engenharia eletrônica, produtos farmacêuticos, softwares, instrumentos médicos e serviços financeiros.

Observamos, então, uma flexibilização na descentralização regional em relação a pólos industriais, fazendo com que cidades como Dublin, Galway e Cork abrigassem *clusters* especializados em determinadas indústrias. Dublin é a maior cidade da Irlanda, mas ainda considerada pequena para os padrões internacionais, o que tornou necessário um estímulo para o crescimento populacional a fim de aproveitar as vantagens da aglomeração como em outras cidades da Europa (COSTA, 2004).

À partir de 1956, o Governo Irlandês, em uma tentativa de atrair capital estrangeiro, decidiu isentar o lucro das exportações. Este tornou-se um dos principais destaques na atração destas empresas para o país, aplicando até hoje a baixa taxa sobre os lucros das empresas. A isenção fiscal não era compatível com o Tratado de Roma, sendo a mesma considerada discriminatória e dessa forma foi substituída por uma taxa de lucro preferencial aplicada aos lucros das empresas da indústria transformadora e serviços comerciais internacionais.

Desde 2003, a Irlanda possui uma taxa uniforme de 12,5% que é a mais baixa dentre os países da UE, conforme comentado anteriormente neste trabalho. Muitos países vem reduzido essas taxas, o que representa, a curto prazo, um aumento da competitividade, e esse fator deixará de ser uma vantagem para o país. Por enquanto, o que podemos constatar, é que o incentivo fiscal Irlandês ainda é bastante significativo e que para alcançar os níveis de rentabilidade encontrados no Tigre Celta os outros países demandariam um aumento significativo nas taxas de lucro.

1.3.4 – O modelo de convergência e o catch-up irlandês

Quando o *Economic Development* foi publicado em 1958, a Irlanda era uma economia ineficiente, basicamente primária e baseada sobretudo na agricultura em pequenas propriedades. O país não estava preparado para seguir os passos do corporativismo para

atingir o rápido *catch-up*, processo no qual se encontravam os outros países europeus desde o período pós-II Guerra Mundial.

Cinquenta anos depois, no ano de 2008, a Irlanda ultrapassou todos os países europeus (exceto Luxemburgo) em termos de PIB per capita, fruto do período do *boom* econômico iniciado na década anterior. Essa fase representou o *take-off* da trajetória de crescimento econômico do país, aproveitando-se das oportunidades que surgiram com a globalização. Entre 1987 e 2007, o PIB per capita do país cresceu 5,6% ao ano, comparado ao dos países do Sudeste Asiático, e muito maior que o experimentado por outras economias européias.

De acordo com Honohan and Walsh (2003), o *boom* econômico irlandês da década de 1990 pode ser explicado por um processo de convergência atrasada. Eles identificaram 1973 como um ano-chave na história macroeconômica irlandesa, dizendo que:

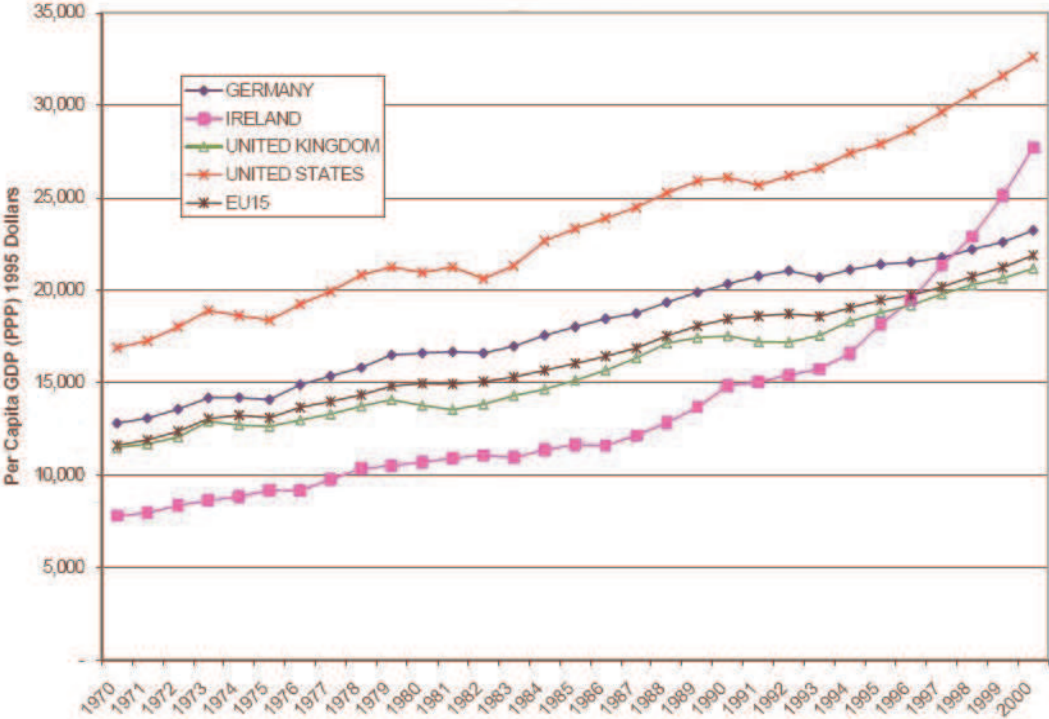
"...em 1973, alguns otimistas poderiam – e alguns o fizeram – prever uma convergência nos padrões de vida para alcançar os do Reino Unido e de outras economias européias dentro de uma geração... De fato, a situação no final do século XX pode ser interpretada como a concretização dessa previsão". (tradução nossa) (Honohan and Walsh, 2002, apud AHEARNE, A.; KYDLAND, F.; WYNNE, M., 2006, p. 217)

E acrescentam:

"O período desde 1973 aparece como um longo ciclo de negócios, sendo a década de 1980 marcada por profunda depressão e o final do milênio marcado pelo milagre econômico". (tradução nossa) (Honohan and Walsh, 2002, apud AHEARNE, A.; KYDLAND, F.; WYNNE, M., 2006, p. 217)

Yeo (2004) corrobora essa idéia, afirmando que desde o final da década de 1980 houve uma aceleração do crescimento da economia irlandesa em direção à convergência com relação aos demais países da UE. Como consequência, o PIB per capita irlandês alcançou (e até ultrapassou) a média da UE e dos demais países da OECD, conforme podemos ver no gráfico abaixo:

Figura I.14: Convergência do PIB per capita irlandês



Fonte: OECD Annual National Accounts- Comparative Tables

CAPÍTULO II - A IRLANDA NA DÉCADA DE 1990: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

II.1 – Análise econômica

No final da década de 1980, a Irlanda era uma economia pobre, que crescia a taxas pífias (às vezes negativas), possuía uma taxa de desemprego de 18% e uma dívida pública que representava cerca de 125% do PNB. A migração de Irlandeses para outros países em busca de emprego e melhores condições de vida era alarmante, principalmente considerando-se que a maior parte dessa saída era de pessoas qualificadas e com formação superior, o que caracteriza o chamado *brain drain* (COSTA, 2004).

Conforme citado anteriormente neste trabalho, a situação começou a mudar após a introdução de uma política fiscal de redução da taxa, ferramenta usada para corrigir a economia dos excessos do final da década de 1970 e início da década de 1980. A partir de então, a economia passou a crescer a altas taxas, excetuando-se o período de 1991 a 1993, que apresentou baixo crescimento por conta do pessimismo econômico histórico, das altas taxas de juros e da crise nas taxas de câmbio que atingiram os países da UE em 1992/3 e que restringiram a demanda.

Após esse rápido período de baixo crescimento, houve mudanças substanciais de ordem econômica. No período de 1994 a 1999, o PNB apresentou um crescimento sustentado da ordem de 8,4%, em média, e a taxa de desemprego caiu para cerca de 6%. O déficit do setor público transformou-se em superávit, e a taxa de déficit em porcentagem do PNB caiu para abaixo de 60%, metade do valor de 1987. Houve um forte crescimento da demanda doméstica e um otimismo com relação à gastos em todos os setores, incluindo o imobiliário e o automobilístico. O aumento das exportações, do consumo e dos investimentos foram um dos principais contribuidores para a crescente prosperidade.

II.1.1 – PIB total, PIB per capita e PNB per capita

O rápido crescimento econômico pode ser observado se analisarmos os principais agregados econômicos, o PIB e o PNB. O PIB representa todas as riquezas produzidas dentro das fronteiras de uma região, independentemente do destino dessa renda, e não contabilizando a entrada de verbas do exterior. O que é levado em consideração é simplesmente aquilo que é

produzido dentro das fronteiras de uma região ou país. Já o PNB considera todos os valores que um país ou região recebe do exterior, além das riquezas que foram apropriadas por outras economias (McARDLE, 2005). É justamente essa a diferença: o PNB considera as rendas enviadas e recebidas do exterior, enquanto o PIB, não.

A renda per capita de um país pode aumentar de 2 maneiras:

i) com o aumento do *output* por trabalhador, através de melhores tecnologias, melhor educação e treinamento, melhor infra-estrutura, e uso de máquinas e equipamentos de melhor qualidade – o chamado aumento de produtividade;

ii) aumentando o percentual da população adulta empregada – a chamada diminuição do desemprego.

A taxa de crescimento real do PNB por adulto é resultante da soma desses 2 fatores.

No caso irlandês não podemos atribuir o aumento da renda per capita ao aumento da produtividade, já que, apesar de ter crescido a altas taxas desde o início da década de 1990, esse aumento na produtividade já estava presente desde a década de 1970. Portanto, podemos atribuir ao aumento do nível de emprego como a principal causa do aumento do PNB per capita no país. O extraordinário aumento da renda se deu pelo dramática mudança no nível de emprego de curto prazo, combinado com o contínuo aumento de produtividade de longo prazo.

Como consequência da grande participação de empresas estrangeiras na economia irlandesa, a saída de riquezas do país é excepcional para os padrões internacionais. Na maioria dos países não existe grandes diferenças entre o PIB e o PNB, porém, na Irlanda, esse percentual chega a 20%, por conta da influência dos lucros das empresas estrangeiras que investem no país. O PIB, portanto, é uma distorção da foto verdadeira. O PNB não só é mais baixo em termos absolutos, como exibe uma taxa de crescimento cada vez mais baixa com o passar dos anos. Entre 1973 e 2003, por exemplo, o PIB cresceu mais de 4 vezes, enquanto que o PNB cresceu cerca de 3 vezes. Pode-se dizer, portanto, que na Irlanda o PNB apresenta-se como um indicador mais confiável do bem-estar econômico que o PIB.

Um ponto que não pode ser confundido é a distinção entre renda e riqueza. A renda é o valor monetário de bens e serviços produzidos em um ano em um determinado país; já a

riqueza tem um conceito que resulta da acumulação de bens, geralmente considerando-se longos períodos. Tomando-se como exemplo a Irlanda, veremos que até pouco tempo atrás a maior parte da riqueza do país eram suas terras, o que vem mudando com o passar dos anos, mas ainda assim o país está bem atrás se compararmos com outros países desenvolvidos no quesito “riqueza” (McARDLE, 2005).

Figura II.1: Comparação entre o PIB total e o PNB total na Irlanda (1973-2003, em € milhões)



Fonte: <http://www.cso.ie/releasespublications/documents/statisticalyearbook/2004/ireland&theeu.pdf>

II.1.2 – Exportações e importações

Um dos fatores-chave para o sucesso econômico irlandês tem sido o aumento sustentado das exportações, que contribuem em média de 1/3 a 1/2 para o crescimento do PIB. Desde a metade da década de 1990, a taxa de crescimento das exportações irlandesas foi três vezes maior que a taxa mundial, e a taxa real de crescimento das exportações de bens e serviços está constantemente entre as cinco maiores entre os países membros da OCDE.

Essa performance tem se refletido no consistente aumento do superávit na balança comercial irlandesa, chegando a 19% do total do comércio de mercadorias em 2006

(comparado com 7%, em 1990). A exportação de serviços também tem aumentado rapidamente, perfazendo atualmente cerca de 1/3 das exportações totais, nível comparado ao de países com EUA e Inglaterra. Essa tendência das exportações fez com que a Irlanda ultrapassasse a Bélgica como sendo o país com maior grau relativo de exportação em toda a UE.

A performance irlandesa dos últimos anos como uma nação comercial e exportadora é uma história de sucesso. As exportações constituem uma crescente fração do *output* total da produção de bens e serviços, contribuem substancialmente para a manutenção e criação de empregos, e tem garantido uma balança comercial superavitária para o país, como podemos ver no gráfico abaixo:

Figura II.2: Comércio externo irlandês (em €m)

ANO	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	SUPERÁVIT COMERCIAL
1990	15,832	18,204	2,372
1991	16,317	19,070	2,753
1992	16,754	21,260	4,506
1993	18,900	25,179	6,279
1994	21,945	28,891	6,946
1995	26,181	35,330	9,149
1996	28,480	38,609	10,129
1997	32,864	44,868	12,004
1998	39,715	57,322	17,607
1999	44,327	66,956	22,629
2000	55,909	83,889	27,980
2001	57,384	92,690	35,306
2002	55,628	93,675	38,047
2003	47,865	82,076	33,211
2004	51,105	84,409	33,304
2005	57,465	86,732	29,267
2006	60,857	86,772	25,915
2007	63,486	89,226	25,740

Fonte: CSO (2007)

Em termos de emprego, mais de 500.000 empregos estão direta ou indiretamente ligados as exportações, contabilizando 1 em cada 4 empregos. Se levarmos em conta as influências indiretas, esse número sobe para 1 em cada 2 empregos, fazendo com que as exportações de bens e serviços contribuam com mais de 80% do PIB do país.

Desde a abertura econômica do final da década de 1950, o setor comercial tem-se expandido rapidamente. Entre 1960 e 2004, o aumento no volume de exportações foi da ordem de 9% ao ano, com uma significativa aceleração durante os anos 1990. Durante os anos 1980, a economia irlandesa se beneficiou de uma combinação de fatores positivos, como estabilidade econômica, estabilização das finanças públicas, e uma conjuntura econômica mundial favorável. Além disso, a depreciação da moeda irlandesa com relação a libra esterlina aumentou a competitividade irlandesa exatamente em um momento em que a Inglaterra experimentava um *boom* econômico. Esses fatores levaram a um crescimento sustentado de suas exportações no final da década de 1980.

Apesar de uma rápida desaceleração do processo no início da década de 1990, que coincidiu com a crise monetária, houveram muitas melhoras na performance exportadora irlandesa na década. O maior avanço em direção à integração com a economia mundial se deu em 1993, com a adoção do mercado único. Este decretou o fim das barreiras alfandegárias, promovendo a livre circulação de bens, serviços, capital e trabalho, entre os países membros da UE. Houve um aumento dramático das exportações irlandesas no final da década de 1990, chegando a um pico de 22% de aumento apenas no ano de 1998.

Em 1973, a Irlanda importava mais mercadorias do que exportava. Já em 2003, o valor das exportações irlandesas era 72% maior que o valor das importações, perfazendo uma balança comercial superavitária da ordem de 33 bilhões de euros. O valor das exportações cresceu a uma taxa de 74%, enquanto que as importações cresceram cerca de 33% no mesmo período.

Existem 3 importantes setores de exportação na economia irlandesa: indústria de alimentos, bebidas e tabaco; indústria química; e indústria de máquinas e transportes (incluindo computadores). Em 1973, estas 3 categorias perfaziam 60% do total das exportações, sendo a indústria de alimentos, bebidas e tabaco o maior grupo, com 43% do total exportado. Em 2003 esses grupos passaram a representar 80% do total das exportações, sendo que a indústria química cresceu o valor exportado de 75 milhões de euros para mais de 35 bilhões de euros, sendo hoje o maior setor exportador da Irlanda, representando cerca de 43% do total exportado.

Figura II.3: Principais categorias de exportação (em milhões de euros):

	1973	1978	1983	1988	1993	1998	2003
ALIMENTOS, BEBIDA E TABACO	477	1.515	2.446	4.002	5.569	5.668	6.822
PRODUTOS QUÍMICOS	75	451	1.224	2.048	4.855	18.156	35.732
MAQUINARIA E TRANSPORTES	109	521	2.303	4.876	7.303	21.444	23.401

Fonte: CSO (2004)

II.2 – Análise Social

II.2.1 – Qualidade de vida e o Índice de Desenvolvimento Humano

A melhora nos padrões de vida na Irlanda é incontestável. Se tomarmos como base o IDH¹⁴, por exemplo, o país encontrava-se em quinto lugar no ranking mundial de 2008, atrás apenas da Islândia, Noruega, Austrália e Canadá. A Irlanda foi o país com o maior crescimento em percentual entre os países da OCDE, passando do vigésimo lugar para o quinto, se compararmos dados entre 1975 e 2008:

Figura II.4: Ranking do IDH (1975-2005)

RANKING IDH	PAÍS	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005
1	Islândia	0.868	0.890	0.899	0.918	0.923	0.947	0.968
2	Noruega	0.870	0.889	0.900	0.913	0.938	0.958	0.968
3	Austrália	0.851	0.868	0.880	0.894	0.934	0.949	0.962
4	Canadá	0.873	0.888	0.911	0.931	0.936	0.946	0.961
5	Irlanda	0.823	0.835	0.851	0.875	0.898	0.931	0.959
6	Suécia	0.872	0.882	0.893	0.904	0.935	0.952	0.956
7	Suíça	0.883	0.895	0.902	0.915	0.926	0.946	0.955
8	Japão	0.861	0.886	0.899	0.916	0.929	0.941	0.953
9	Holanda	0.873	0.885	0.899	0.914	0.934	0.947	0.953
10	França	0.856	0.872	0.884	0.907	0.925	0.938	0.952
11	Finlândia	0.846	0.866	0.884	0.906	0.918	0.940	0.952
12	EUA	0.870	0.890	0.904	0.919	0.931	0.942	0.951

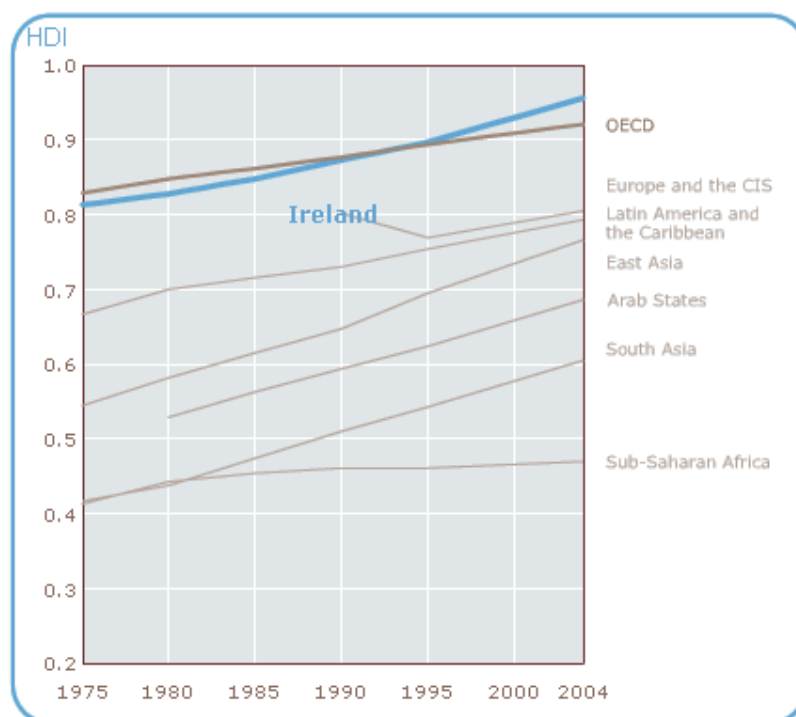
¹⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa que engloba três dimensões: riqueza, educação e esperança média de vida. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população.

13	Espanha	0.846	0.863	0.877	0.896	0.914	0.932	0.949
14	Dinamarca	0.875	0.883	0.890	0.898	0.916	0.935	0.949
15	Áustria	0.848	0.862	0.876	0.899	0.918	0.938	0.948
16	Reino Unido	0.853	0.860	0.870	0.890	0.929	0.931	0.946
17	Bélgica	0.852	0.869	0.883	0.903	0.931	0.943	0.946
18	Luxemburgo	0.836	0.850	0.863	0.890	0.913	0.929	0.944
19	Nova Zelândia	0.854	0.860	0.871	0.880	0.908	0.927	0.943
20	Itália	0.845	0.861	0.869	0.892	0.910	0.926	0.941

Fonte: United Nations Development Programme : Human Development Report (2007/2008)

Além do espetacular crescimento, podemos perceber no gráfico abaixo que a Irlanda não só passou pelo processo de *catching up* com relação aos países da OCDE, como acabou por ultrapassar a média.

Figura II.5: Crescimento do IDH no mundo: Irlanda e demais regiões



Fonte: Human Development Report, 2006.

Dublin tem uma qualidade de vida melhor que cidades como Londres, Boston e Barcelona, de acordo com a *Worldwide Quality of Life Survey*. Em 2008, a cidade subiu 2 lugares na pesquisa anual, que é conduzida para ajudar governos e empresas onde alocar seus empregados no mundo. Dublin encontra-se na 25ª posição em um ranking de 215 cidades, e em 8º dentre os países europeus.

II.2.2 – Desigualdade de renda na Irlanda em uma perspectiva comparativa

Uma das maiores preocupações com relação ao crescimento econômico Irlandês sem precedentes é o fato de que os benefícios não foram divididos de forma igualitária, e que o aumento da riqueza da população veio acompanhado do aumento da distância entre ricos e pobres, deixando a Irlanda com uma distribuição de renda bastante desigual. Altos níveis de desigualdade de renda tem impactos negativos em uma sociedade, causando, por exemplo, exclusão social e estresse na população. É necessário, portanto, entendermos até que ponto a afirmação de que a desigualdade na Irlanda tem aumentado é verdadeira.

Inicialmente, podemos constatar o aumento substancial na renda média dos habitantes proporcionada pelo *boom* econômico da década de 90. O PIB per capita, por exemplo, que é usualmente considerado como uma medida de renda, passou de 60% da média da UE-15 para 120%, desde o início dos anos 90 até o ano de 2003, e o país passou a encabeçar a lista como um dos 5 países mais ricos da OCDE. Essa dramática transformação foi atribuída a diversos fatores, como por exemplo uma convergência atrasada, que deveria ter ocorrido nos 20 anos anteriores ao *boom* caso tivessem sido adotadas novas leis domésticas naquele tempo. O aumento da produtividade também foi um fator destacado, assim como o investimento externo.

Tomando-se como base o PNB per capita, a Irlanda não se sai tão bem quanto anteriormente: ao invés de encontrar-se entre os 5 países mais ricos, está em 17º lugar entre os países da OCDE; conforme visto anteriormente, apesar da Irlanda produzir muito por habitante, apenas parte disso fica no país. Contudo, o país ainda apresenta um dos maiores crescimentos econômicos entre os países da OCDE, com um acelerado viés de alta da renda real desde os anos 90. Isso fez com que o PNB per capita irlandês passasse de uma média de 20% menor que os países da OCDE para 4% a mais que a média em 2002.

Vamos analisar agora o que aconteceu com a distribuição de renda na Irlanda durante esse período de alto crescimento e de convergência. No gráfico temos o Índice de Gini¹⁵ de alguns dos 25 países membros da UE entre 1995 e 2005:

¹⁵ O Índice de Gini é uma medida de desigualdade de renda. Zero significa perfeita igualdade (todos tem a mesma renda) e 100 significa perfeita desigualdade (uma pessoa detém toda a renda, todo o resto não tem nada).

Figura II.6: Índice de Gini na Irlanda e alguns países da Europa (1995-2005)

PAÍSES	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	PAÍSES
Suécia			22	24	23	24	24	23		23	23	Suécia
Dinamarca	22	22	20	21	22	21	22		25	24	24	Dinamarca
Austria	27	26	25	24	26	24	24		27	26	26	Austria
Finlândia		22	22	22	24	24	24	26	26	25	26	Finlândia
Luxemburgo	29	28	25	26	27	26	27		28	26	26	Luxemburgo
Holanda	29	29	26	25	26	25	26	27	27		27	Holanda
Bélgica	29	28	27	27	29	30	28		28	26	28	Bélgica
França	29	29	29	28	29	28	27	27	27	28	28	França
Alemanha	29	27	25	25	25	25	25				28	Alemanha
Hungria						23	23	24	27		28	Hungria
Romênia				28	29		30	30	30	31	31	Romênia
Irlanda	33	33	33	34	32	30	29		31	32	32	Irlanda
Espanha	34	34	35	34	33	32	33	31	31	31	32	Espanha
Grécia	35	34	35	35	34	33	33		35	33	33	Grécia
Itália	33	32	31	31	30	29	29			33	33	Itália
Estônia		37	38	37	37	36	35	35	34	37	34	Estônia
Letônia		31	30	30	31		32				36	Letônia
Polônia					28	30	30				36	Polônia
Portugal	37	36	36	37	36	36	37			38	41	Portugal
Bulgária				26	26	25	26	26	24	26		Bulgária
Eslovênia					22	22		22	22			Eslovênia
Reino Unido	32	32	30	32	32	32	31	35	34			Reino Unido
UE-15									30	30	30	UE-15
UE-25									29	30	31	UE-25

Fonte: Eurofound (2006)

A conclusão que tiramos quando observamos os dados comparativos é de que a Irlanda não é um dos países mais desiguais dentro da UE/OCDE, como alguns jornais noticiam; pelo contrário, está entre um grupo substancial de países industrializados que possui um nível relativamente alto de desigualdade de renda. E isso não apresenta uma situação nova: o país apresenta o mesmo nível de desigualdade de quando entrou na UE, em 1973, que é o quão longe temos de dados estatísticos a nível de comparação.

Podemos perceber que, em 2005, a desigualdade era menor nos países Escandinavos, na Áustria e em Luxemburgo; era um pouco maior, porém ainda abaixo da média, na Bégica, Holanda, Alemanha e França, entre outros. A Irlanda encontra-se no grupo com desigualdade acima da média, junto com Espanha, Itália, Grécia, Estônia, Letônia e Polônia, enquanto que em Portugal o Índice de Gini é ainda maior. É importante notar também que, quando incluídos países industrializados fora da Europa, o nível de desigualdade na Irlanda compara-se ao de países como Canadá e Austrália, enquanto que os EUA apresentam um índice consideravelmente maior.

Uma das formas de diminuir os níveis de desigualdade é através da taxaço e da intervenço do Estado. O esforço redistributivo pode ser medido atravs de ndices (como o de Gini, mostrado acima), em que uma queda no mesmo significa que as aço es governamentais esto tendo efeito na melhoria da distribuio de renda. Dados sugerem que a Irlanda possui um esforço redistributivo semelhante ao da Grã-Bretanha, um pouco menor que o Canadá e a Austrália, porém consideravelmente maior que o dos EUA. Entretanto, países do norte da Europa e Escandinávia apresentam uma reduço maior na desigualdade via sistema de taxaço/transferência, quando comparados com a Irlanda.

Além do índice de Gini, existem outros dados que podemos usar para analisarmos a desigualdade de renda em um país. Podemos começar com os resultados comparados entre 1994/1995 e 1999/2000 do *Household Budget Surveys* (HBS) feito pelo CSO e que representa as despesas e receitas das famílias. Isso possibilita o cálculo da renda que está convergindo para os grupos mais ricos e mais pobres, e assim criar um ranking de escalada de pobreza. Os dados mostraram um padrão claro: a quota dos 20% mais pobres declinou cerca de 0,5 ponto percentual no total, enquanto que a dos 10% mais ricos aumentou cerca de 1,5 ponto percentual. Olhando para esses dados poderíamos concluir que há evidências do aumento das disparidades entre ricos e pobres.

Em contraste, temos outras fontes, como o *Joint Report by the Commission and the Council on Social Inclusion* (2004) que apresenta duas medidas de tendências de distribuio de renda, baseado em dados da *European Community Household Panel* (ECHP) *Survey*. O primeiro é a proporço entre a renda dos 20% mais ricos e 20% mais pobres, que apresentou uma queda de 5,1, em meados da década de 90, para 4,5, em 2001. O segundo é o Índice de Gini, que conforme mostrado anteriormente teve uma leve diminuio no período. De acordo com esses dados, portanto, a desigualdade parece ter diminuído.

Um dos problemas na utilizao dos dados do ECHP é o fato de que a distribuio de renda foi feita atravs da análise dos chefes de família, ou seja, não faz distino se uma casa tem uma ou cinco pessoas. Para uma análise mais justa, usa-se a chamada escala de equivalência, onde ao invés de dividirmos a renda do chefe de família pelo número de pessoas que vivem na mesma casa (o que trataria crianças como se fossem adultos e ignoraria as economias de escala no consumo familiar), calculamos o número de equivalência de adultos e dividimos a renda do chefe de família por esse número. Assim, o valor de 1 adulto é de 1, o do segundo adulto é 0,7, e o de cada criança é de 0,5. Uma casa com um casal e 2 crianças, por exemplo, teria sua renda dividida por 2,7, ao invés de 4.

A quota dos 10% mais ricos cresce marginalmente por apenas 0,3 ao invés de 1,5 pontos percentuais, e os 20% mais ricos mantêm a sua quota, apesar de que os mais pobres perdem e a classe média ganha. A proporção entre a renda do quintil mais elevado para o mais baixo passa para 5 usando-se esses novos dados, e o Índice de Gini se mantém em 32.

II.2.3 – Aumento da desigualdade durante o boom?

O foco nesta seção tem sido a distribuição de renda, onde vimos que não houve piora nos índices, porém existem outros indicadores de medida de pobreza que refletem diferentes níveis de desigualdade. Usando, por exemplo, o limite da linha de pobreza como sendo 60% da renda média, temos que 16% das pessoas estavam abaixo desse nível em 1994, e que em 2001 esse percentual aumentou para 22%. Isso é reflexo do fato de que as taxas de suporte à segurança social, apesar de terem aumentado mais rapidamente que os preços ao consumidor, ficaram um pouco atrás do rápido crescimento na renda do trabalho e da propriedade. Isso significa que o impacto do *boom* em trazer números substanciais de desempregados para o mercado de trabalho foi mais que compensado pelo número de pensionistas de longa data que caíram abaixo da linha de pobreza.

É importante ressaltar, contudo, que isto se deu em um contexto onde a renda real e a qualidade de vida estavam melhorando dentro da distribuição. Se tomarmos como exemplo o nível de 60% da renda média de 1997 para avaliarmos o nível de pobreza, temos que neste ano a taxa era de 18%. Se usássemos esse mesmo nível de renda para os dados de 1994, a taxa de pobreza seria de 36%; em 2001, apenas 3% da população estaria abaixo dessa renda correspondente ao nível de pobreza. Portanto, em um período de acelerado crescimento, os dados usados para medir a pobreza fazem toda a diferença na foto de um país; quando indicadores não-monetários de privação são incorporados à análise, uma realidade mais complexa pode ser observada.

Aqui nosso foco é na renda, e por isso vale a pena observar o comportamento das disparidades entre certos grupos sociais durante o período de acelerado crescimento econômico. Não poderemos comparar todos os grupos, mas faremos uma análise da posição de grupos específicos em termos de renda equivalente média em 1994 e 2001, mostrando que alguns grupos tiveram expressiva melhora, ao invés de terem sido marginalizados.

Dados mostram que os adolescentes estão alcançando os níveis dos adultos em idade de trabalho em termos de renda. Os idosos, porém, com 65 anos ou mais, tiveram um crescimento abaixo da média e por isso ainda ganham menos que as outras faixas etárias. Os homens ainda ganham mais que as mulheres, porém a distância entre eles não aumentou no período. Aqueles que vivem em áreas urbanas ainda recebem mais que os que vivem em áreas rurais, porém a distância entre ambos os grupos aumentou apenas marginalmente, entre 1994 e 2001. Com relação às regiões do país, aqueles que vivem nas regiões sul e leste continuam tendo rendimentos mais altos que os que vivem nas regiões da fronteira, Central e Oeste, e as diferenças se aprofundaram.

Um dos fatores-chave na determinação de quão bem um chefe de família se saiu durante o período é verificar o quanto de sua renda provem de ganhos, renda do emprego por conta própria e transferências do estado. As taxas de transferência do Estado cresceram no período, porém abaixo da média do crescimento da renda média, significando que aqueles que permaneceram dependentes dessas transferências não conseguiram manter o passo seguido pelos outros. Aqueles que tinham menos da metade de sua renda proveniente de seguro social tiveram rendimentos médios duas vezes maiores que aqueles que tinham mais que metade de sua renda proveniente do seguro social, e essa diferença se aprofundou entre 1994 e 2001.

II.2.4 – Desemprego e o mercado de trabalho

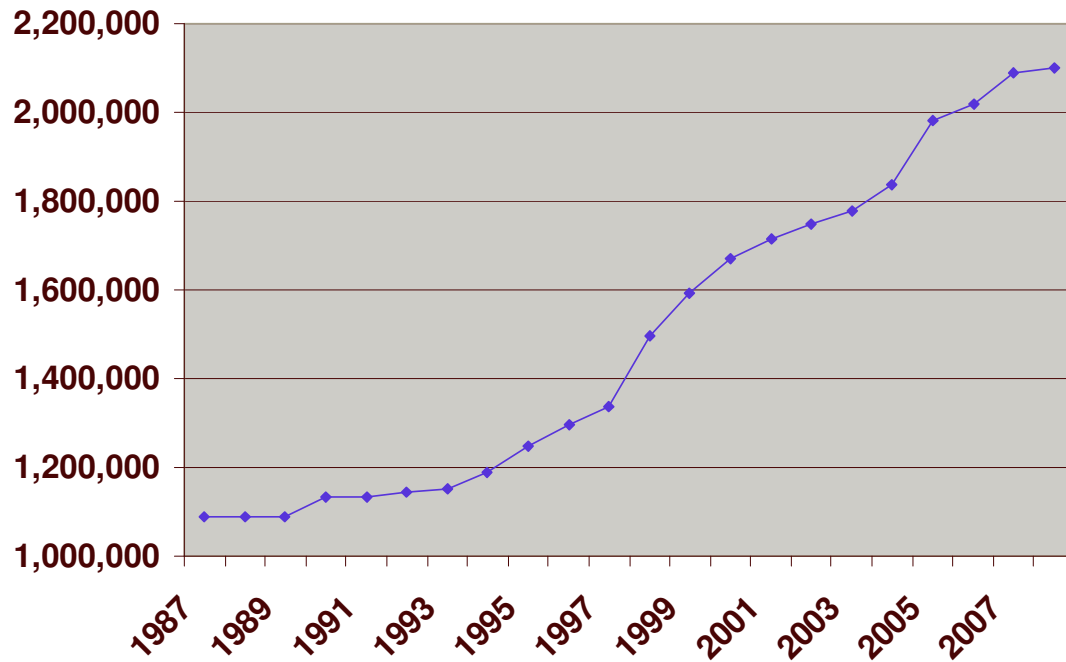
Um dos maiores sucessos da economia irlandesa foi a criação de novos postos de trabalho. De 1990 a 2005, o emprego cresceu de 1,1 milhão para 1,9 milhão, e entre 1987 e 2008 o país criou 1.030.000 novas vagas de emprego. Em apenas 1 ano (de Julho de 2004 a Junho de 2005) o nível de emprego subiu 5%. A Irlanda passou a ser vista como uma terra de oportunidades, e a taxa de desemprego de 4,4% é menos da metade da média da UE. O nível de emprego, expresso em porcentagem da população entre 15 e 64 anos, aumentou de 51,7% em 1993 para 66,3% em 2004. A taxa de emprego Irlandesa convergiu para a média da UE em 1998, e em 2004 já estava 2 pontos percentuais acima. O desemprego de longo prazo também diminuiu drasticamente, de 8,9% em 1993 para 1,2% em 2004.

Figura II.7: Taxa de desemprego na Irlanda (1961-2005)



Fonte: CSO (2005)

Figura II.8: Total da população empregada na Irlanda (1987-2008)



Fonte: Irish Congress of Trade Unions (2008)

Esse *boom* no mercado de trabalho não tem paralelos com nenhum outro país europeu após o período da II Guerra Mundial. A experiência irlandesa é excepcional em pelo menos 4 aspectos: primeiro, a taxa de desemprego caiu de níveis muito altos (de 16% em 1993 para 4% em 2005); segundo, muitas mulheres que nunca haviam trabalhado antes entraram no mercado de trabalho (o número de mulheres irlandesas na força de trabalho cresceu 75% desde 1993); terceiro, o aumento no nível de emprego se deu por um crescimento natural incomum da força de trabalho; e quarto, a taxa de criação de empregos absorveu o grande influxo de imigrantes que foram atraídos para a Irlanda pelo *boom* econômico.

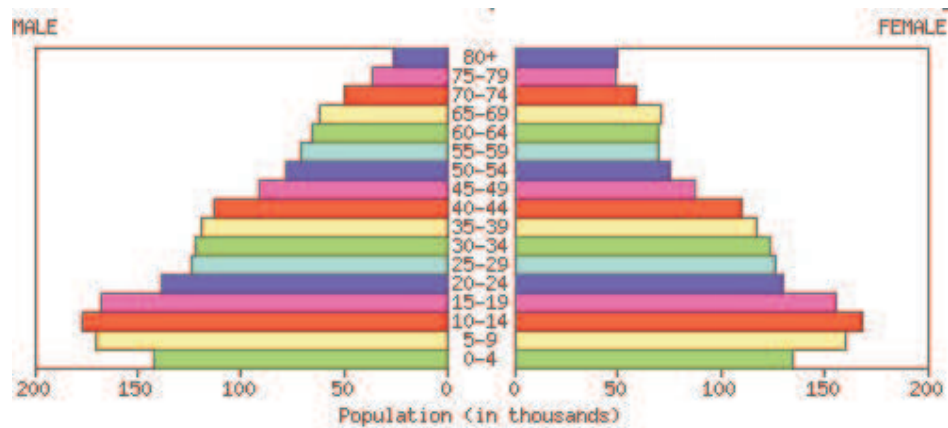
A maior parte do crescimento do nível de emprego se deu nos setores manufatureiros ligados à exportação, principalmente nos setores de eletrônicos, farmacêuticos, e medicina, onde as empresas estrangeiras representam 90% do *output*. Já o emprego em setores tradicionais, como têxteis, vestuário, móveis e utilitários, ficou estático durante o período. Assim mesmo, no ano de 2000, o setor industrial contribuía com apenas 18% do total de empregados, sendo que as multinacionais contribuíam com metade desse valor.

A predominância do setor de serviços na criação de novos empregos foi fenomenal. Essa categoria heterogênea abrange desde serviços financeiros (bancos, empresas de seguros, etc), serviços legais e firmas de contabilidade, até hotéis restaurantes e bares.

Um dos mais interessantes dados na mudança do mercado de trabalho Irlandês é o sustentável crescimento da participação das mulheres empregadas. O crescimento total do emprego feminino foi de 75% entre 1993 e 2004, quase o dobro do crescimento masculino, de 43%. Essa diferença nas taxas de crescimento resultaram em uma modificação na divisão do emprego: as mulheres, que antes representavam 36% no total dos empregos, passaram a corresponder por 42%. Essa é uma tendência que se observa desde os anos 80 e é esperado que continue. A expectativa é que, em 2015, as mulheres correspondam a 45% do mercado de trabalho na Irlanda (CSO, 2004).

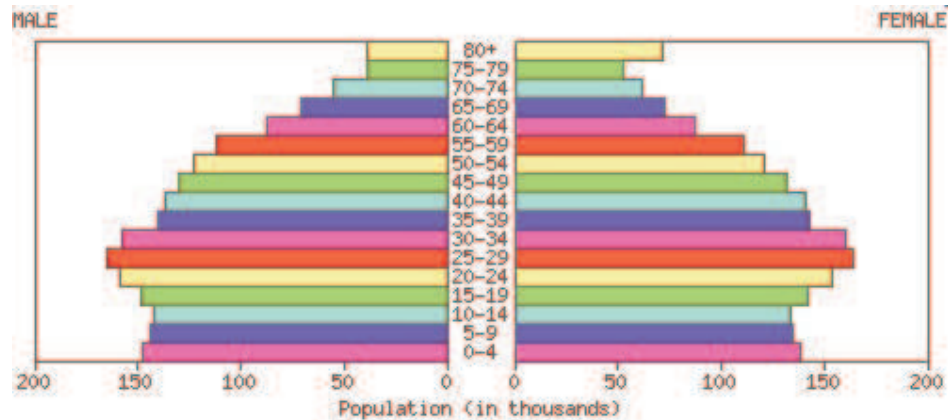
Uma outra mudança observada na população do país é o envelhecimento da força de trabalho. A Irlanda está no início desse processo, e o número de trabalhadores com idade acima de 45 anos está crescendo mais rapidamente que o de trabalhadores jovens. Proporções maiores de mulheres e trabalhadores mais idosos irão aumentar a demanda por maior flexibilidade nas relações de trabalho, além de aumentar o desafio do Governo para manter as pensões e o estado de bem-estar social.

Figura II.9: Pirâmide etária irlandesa em 1990



Fonte: US Census Bureau, International Data Base

Figura II.10: Pirâmide etária irlandesa em 2005



Fonte: US Census Bureau, International Data Base

II.2.5 – A qualidade do emprego na Irlanda

Debates sobre as mudanças na qualidade do trabalho remontam à década de 60, quando os autores indagam se a automatização dos processos reduzia a autonomia e experiência dos trabalhadores ou os libertava dos elementos repetitivos e estagnados de seus empregos. Nos anos mais recentes o debate continua, agora introduzindo o tema das novas tecnologias, e até que ponto isso aumenta o monitoramento e a demanda com relação aos trabalhadores, ou, pelo lado positivo, até que ponto a tecnologia ajuda no uso das habilidades individuais entre os trabalhadores.

O propósito aqui é verificar até que ponto as novas práticas trabalhistas, como pagamento de acordo com a performance, ou trabalho em equipe (*team-work*), melhora ou piora a condição dos trabalhadores. A evidência de mudança na qualidade do trabalho, porém, é um tanto quanto inconclusiva, e dificilmente seguirá um caminho progressivo ou regressivo como sugerido nas teorias globais de mudança na natureza do trabalho.

Iremos focar em 4 dimensões-chave da qualidade do trabalho:

- Autonomia
- Pressão no trabalho/stress
- Segurança
- Satisfação no trabalho

Apesar de não haver dados de longa data confiáveis para título de comparação, existem dados de nível macro econômico que sugerem que houve mudanças na estrutura ocupacional do país. Os dados que serão apresentados nessa seção são derivados de pequenas amostras, coletadas entre os períodos de 1990 a 2003, podendo, portanto, apresentar alguns erros.

i) Autonomia

Autonomia refere-se ao nível de controle que o trabalhador tem sobre seu trabalho, esforço e tempo. Uma medida mais expansiva de autonomia incluiria a extensão da influência que um trabalhador tem para influenciar decisões de alto escalão dentro da organização. A autonomia no trabalho é vista por muitos autores como o elemento central da relação empregado-empregador.

Duas das três ocupações onde a maioria dos empregos foi criada desde 1998 (profissionais, técnicos) apresentam alto grau de autonomia. Pessoas empregadas no setor de serviços/vendas tem níveis de autonomia abaixo da média. Observou-se também que pessoas que trabalham menos de 30 horas por semana tem o mesmo nível de autonomia daquelas que trabalham *full-time*.

Há poucas evidências de alguma mudança no nível de autonomia durante o período anterior e posterior ao *boom* econômico. Apesar disso, quando indagados individualmente,

1/3 dos trabalhadores reportam que seu nível de autonomia com relação à tarefas diárias aumentou, enquanto apenas 1% pensa que diminuiu (EUROFOUND, 2003).

ii) Pressão no trabalho/stress

Apesar de alguns desacordos com relação à esse tema, a maioria dos autores concordam que o nível de pressão no trabalho tem aumentado. Alguns, como Gallie e Capelli (1998 apud O'CONNELL, 2007, p. 58) argumentam que o aperfeiçoamento das habilidades dos trabalhadores, junto à maior complexidade das tarefas executadas e o aumento da responsabilidade, que está ligado à maior autonomia, tem acentuado a pressão no trabalho. Outros, como Kirby (2002 apud O'CONNELL, 2007, p. 58) argumentam que fatores como a globalização, aumento da competitividade e maior grau de exploração dos trabalhadores tem intensificado a pressão no trabalho.

Enquanto há um aparente aumento na proporção de trabalhadores que dizem estar sob um maior grau de pressão, não houve praticamente mudança na proporção que concordava se dizia trabalhar mais pesado. Nas outras duas medidas (“nunca ter tempo suficiente para terminar as tarefas diárias” e “geralmente ter que fazer hora-extra para terminar as tarefas”) a tendência parece ser de queda. Entretanto, devemos levar em conta que houveram mudanças nas categorias de respostas entre os 2 períodos, de modo que algumas das variações podem ser resultado disso.

O *European Working Conditions Surveys*, realizado nos anos de 1991, 1995 e 2001, mostra uma tendência mais forte de aumento nos indicadores de esforço no trabalho. Os dados para a Irlanda mostram que a proporção de empregados trabalhando em ritmo acelerado aumentou de 24%, em 1991, para 33%, em 1996, até alcançar 37%, em 2000. Paralelamente, os trabalhadores que reportaram trabalhar em curtos *deadlines* aumentou de 36% para 48% e depois 53%, nos três censos.

Uma série de dados mais longa, de 1989 à 2003, está disponível para apenas 2 dos itens relacionados à intensidade do trabalho: estresse e exaustão. Houve uma tendência de redução no nível de estresse entre os 2 períodos, assim como diminuiu também o número de respondentes que afirmaram chegar em casa exaustos após o trabalho. Apesar de esse dados não serem compatíveis com as respostas dos outros questionários, são consistentes tanto com o declínio no número de horas trabalhadas quanto no número de trabalhadores perfazendo longas jornadas de trabalho.

iii) Segurança

O terceiro aspecto que consideramos para analisar a qualidade do trabalho é a segurança. Evidências demonstram que houve uma redução na proporção de empregados trabalhando com contratos fixos. De toda maneira, melhores condições econômicas e baixa taxa de desemprego geralmente tendem a melhorar os dados de segurança com relação ao trabalho.

Dados de 1996 e 2004 mostram que a proporção dos respondentes que afirmaram ter segurança com relação à não ser mandado embora de seu trabalho cresceu de 38% para 43% nesse período. A tendência de alta neste aspecto também foi confirmada pelos censos do ISSP de 1989 e 2001, período em que a proporção de respondentes que concordavam plenamente com a afirmação “meu emprego é seguro” aumentou de 20% para 24%, enquanto que a proporção dos que discordavam caiu de 23% para 17% (EUROFOUND, 2003).

A percepção de segurança com relação ao trabalho está relacionada com o status ocupacional de cada cargo, porém em uma proporção mais tênue que outros aspectos da qualidade do trabalho. Aqueles que estão em posições gerenciais ou são professores estão entre os mais seguros; empregados de meio período tendem a sentir-se menos seguros com relação aos seus empregos do que aqueles que trabalham *full-time*.

iv) Satisfação no trabalho

Um dos itens incluídos no censo é a satisfação no trabalho. Nesse ítem, os trabalhadores responderam sobre seu nível geral de satisfação com o trabalho, e perguntas adicionais investigaram outras dimensões do trabalho, como condições físicas, horas de trabalho e rendimento.

Tomando-se como base dados do Eurofound de 2003, podemos perceber que os trabalhadores Irlandeses expressam um alto nível de satisfação com o trabalho, com 90% dos respondentes dizendo que concordam ou concordam plenamente com a afirmação de que, em geral, eles estão satisfeitos com seus empregos. Altos níveis de satisfação também foram percebidos nas outras dimensões do trabalho, com 85% expressando satisfação em cada uma das medidas, com exceção do ítem rendimentos, onde a proporção cai para 70%.

Em resumo, podemos dizer que depois de um período de rápido crescimento econômico a força de trabalho Irlandesa demonstra um alto nível de satisfação no trabalho e

crescente nível de segurança com o trabalho. Porém, a maioria dos empregados sentem-se constantemente sob pressão, e muitos deles ainda não tem qualquer nível de autonomia com relação à seu trabalho. Os dados disponíveis demonstram, portanto, que não houve nenhuma deterioração do na qualidade do emprego na Irlanda por conta do *boom* econômico, como alguns autores mais pessimistas sugerem. De fato alguns trabalhadores sentem-se pressionados, mas isso não se intensificou com o *boom*.

II.3 - O impacto da imigração

Nesta seção, iremos abordar o tema da migração, que tem sido importante para a Irlanda desde o século XIX. Na maior parte desse tempo, o movimento tem sido de saída do país (emigração), com surtos ocasionais de imigrantes retornando ao país. Porém, desde o início do *boom* econômico, podemos perceber uma profunda mudança nesse cenário, quando o número de imigrantes não só ultrapassou o número de emigrantes, como também o de imigrantes Irlandeses retornando ao país.

O *boom* econômico irlandês durante a década de 1990 trouxe um nível de prosperidade nunca antes visto pelo país, e fez com que o país experimentasse pela primeira vez em sua história um significativo influxo de migrantes – tanto trabalhadores quanto pessoas pedindo asilo – de fora da UE. Porém, o país tem uma longa e conhecida história de emigração. Entre 1871 e 1961, o total de emigrantes excedia o crescimento natural da população, fazendo com que o número de habitantes declinasse de 4,4 milhões, em 1861 para 2,8 milhões, em 1961. Causada principalmente pelo pífio crescimento econômico do país, a emigração foi particularmente alta no *age of mass migration*¹⁶ e no período pós-II Guerra (1951-1961).

Com excessão da década de 1970, quando, pela primeira vez na história, o saldo migratório para a Irlanda foi positivo, a saída de pessoas continuou a exceder a entrada até o início da década de 1990. Estima-se que 3 milhões de irlandeses vivam fora do país atualmente, sendo que que 1,2 milhão nasceram na Irlanda. A maioria vive nos EUA e Reino Unido.

Em 1996, a Irlanda atingiu seu ponto de mudança migratório, sendo o último país da UE a ter um saldo migratório positivo. A principal razão foi o rápido crescimento econômico,

que gerou uma demanda por trabalho sem precedentes. A taxa de desemprego declinou de 15,9% no início da década de 1990, para 5,7%, já em 1999.

II.3.1 – Da emigração para a imigração

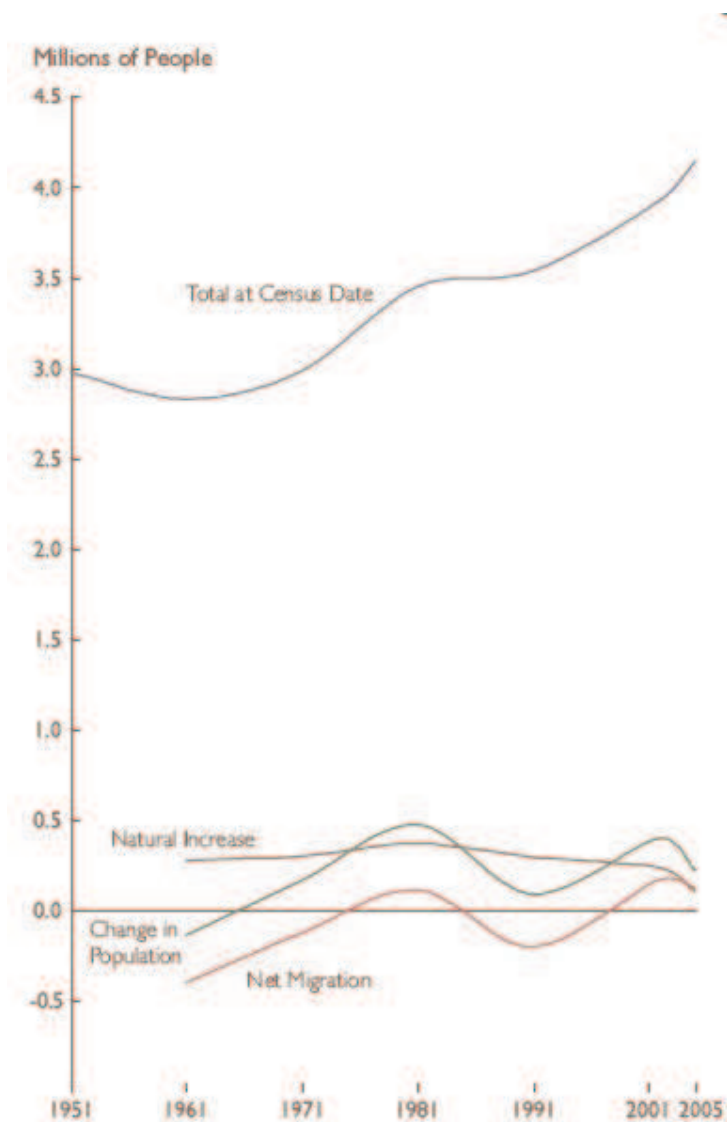
A evolução da migração irlandesa pode ser dividida em 3 fases (O'CONNELL, 2007):

- a) Fase 1: grande emigração do período de antes da Grande Fome até o início da década de 90;
- b) Fase 2: um dramático aumento na imigração, de 1990 a 2004, resultante do boom econômico e leis do Estado mais flexíveis aos imigrantes;
- c) Fase 3: desde 2004, uma fase de imigração mais segura, estável e talvez até permanente, na qual a maioria dos imigrantes tendem a ter seus direitos mais respeitados que na fase anterior.

O *boom* econômico resultou em um aumento do emprego da ordem de 55% entre 1993 e 2004, o que atraiu um grande número de imigrantes. A figura abaixo mostra a mudança do perfil de uma sociedade emigrante para uma sociedade com elevado número de imigrantes. Essa mudança ocorreu em meados da década de 90, e a tendência não só se manteve como continua a aumentar.

¹⁶ Período entre 1871 e 1926 em que 55 milhões de europeus migraram para as Américas e para a Australásia.

Figura II.11: População da Irlanda e fluxo migratório (1951-2005)



Fonte: CSO (2006)

Em anos recentes, os fluxos migratórios para a Irlanda tem sido menos dominados pelo retorno de Irlandeses para o país e mais pela imigração de cidadãos de países pertencentes à UE. Em 1991, 2/3 dos imigrantes eram Irlandeses retornando para casa; em 1996, esse percentual caiu para menos da metade, até chegar a apenas 1/4, em 2005 (CSO, 2006).

II.3.2 – O impacto econômico da imigração

O impacto econômico e social da imigração tende a ser positivo até o momento. Um exemplo é o fato de que as qualificações educacionais dos imigrantes na força de trabalho eram maiores do que as dos Irlandeses. 54% dos imigrantes tinham completado o Ensino Superior, o dobro da taxa entre os trabalhadores irlandeses. Apesar disso, os imigrantes tem menos chances de ocupar um alto cargo em uma empresa, com excessão dos imigrantes Britânicos e Americanos. Alguns autores concluem que a barreira linguística poderia ser um fator que faz com que pessoas originárias de países que não tem o inglês como língua mãe tenham dificuldades maiores de conseguir um emprego de alto escalão; uma outra dificuldade seria a dos empregadores reconhecerem qualificações de fora do país.

Apesar das dificuldades que alguns imigrantes encontram ao chegar à Irlanda, podemos dizer que o impacto é positivo. Barrett, Bergin e Duffy (2006) estimam que o fluxo de imigrantes no período de 1998 à 2003 aumentou o PIB em 2,6%, e o PIB per capita em 0,4%. Esses números seriam ainda maiores se os imigrantes estivessem empregados em posições adequadas ao seu grau de qualificação.

Os benefícios econômicos que ocorreram até 2004 se deram em um ambiente onde os vistos de trabalho (*work permit*) eram emitidos para suprimir a falta de mão-de-obra e manter o crescimento econômico. As últimas projeções do CSO indicam que, caso o nível de imigração atual se mantenha até 2030, a população de origem não-irlandesa pode ultrapassar 1.000.000, ou 18% da população total, comparado com os 400.000, ou 10% da população, em 2002. A continuidade no aumento do fluxo de imigrantes pode trazer ou acentuar alguns problemas, como no mercado imobiliário, sistema de transporte, e outros problemas de infraestrutura.

II.3.3 – O impacto social da imigração

Em geral, o sistema previdenciário irlandês não faz distinção entre os Irlandeses e os imigrantes legais não-irlandeses. Isso foi revisto depois da entrada dos 10 novos países na UE, justamente para proteger o estado de bem-estar social do país no caso de uma migração em larga escala desses países para a Irlanda. Foi criada a *Habitual Residence Condition* (HRC), na qual o requisito básico para uma pessoa ter acesso aos serviços sociais é ter residido nos últimos 2 anos na Irlanda ou na Grã-Bretanha. A Comissão Européia, porém, entendeu que o país estava infringindo as leis, negando benefícios para os outros membros da

UE. Em 2005 a lei foi relaxada, fazendo com que trabalhadores europeus que tivessem um histórico de trabalho no país pudessem acessar os benefícios do Estado.

O impacto da imigração na saúde tem recebido grande destaque na mídia nos últimos anos, particularmente centrado na pressão nos serviços de maternidade, pelo grande número de imigrantes não-UE chegando à Irlanda para ter filhos. Os imigrantes são usuários do sistema de saúde, porém são provedores também, na medida em que boa parte dos médicos (cerca de 20%) tem registros de fora do país.

A imigração teve impacto no sistema educacional em diversos aspectos. O aumento da diversidade nas escolas enriquece o ambiente escolar, mas aumenta a necessidade de recursos, principalmente para o ensino de inglês. Um dado constatado também é que estudantes estrangeiros tendem a se sentir mais isolados na escola do que seus colegas irlandeses. Além disso, há um maior número de reportes de intimidação com relação aos estrangeiros.

A imigração de estudantes estrangeiros trouxe renda para o ensino Superior irlandês, além de ter beneficiado o setor de *English as a Foreign Language* (EFL), que trouxe cerca de 200.000 visitantes para a Irlanda em 2003, e estima-se que traga 300.000.000 de euros para o balanço de pagamentos.

Resultados de pesquisas por amostragem apresentaram, porém, evidências de que o racismo vêm se tornando um problema na sociedade Irlandesa. Em uma dessas pesquisas, realizada pelo CSO em 2005, constatou-se que 32% das pessoas de outras etnias não brancas já sofreram algum tipo de discriminação, contra 12 % das pessoas de origem étnica branca. De acordo com Hilliard e Phádraig (2007 apud HUGHES, 2007, p. 237), [tem sido reportados com maior frequência abusos raciais, tanto físicos quanto verbais, de pessoas não brancas na Irlanda].

Apesar do aumento da discriminação, “... de maneira geral, os níveis de racismo reportados na Irlanda tendem a ser menores que em qualquer outro lugar da Europa, principalmente comparando-se com países do sul do continente” (Fahey, Russell & Whelan, 2007). Um dos motivos deste fato é, como destaca Fahey et al. (2007):

“[...] não podemos prever se o racismo vai aumentar ou diminuir, à medida que as comunidades de imigrantes se tornem mais estabelecidas e cresçam como proporção da população em geral. A experiência de migração Irlandesa coincidiu com um rápido crescimento econômico e uma diminuição do desemprego sem precedentes. O boom

econômico pode ter criado um contexto suspeito para a recepção dos imigrantes na Irlanda.” (tradução nossa) (FAHEY, p.239)

CAPÍTULO III – O FUTURO DA IRLANDA

III.1 - Oportunidades para todos na nova Irlanda?

A última década de crescimento econômico mudou profundamente as oportunidades de trabalho disponíveis para os trabalhadores irlandeses. Como mostraremos nessa seção, a Irlanda tem mais (e melhores) empregos como nunca antes visto, apesar de alguns acadêmicos argumentarem que esse crescimento mascarou um problema de marginalização e baixa mobilidade na sociedade irlandesa. Alguns escritores como Kirby (2002, 2006) e O’Hearn (1998, 2000) fazem uma crítica, dizendo que os empregos criados são de baixa qualificação e que para alguns grupos tornou-se mais difícil conseguir bons empregos bem remunerados. Eles dizem que as minorias estão sendo marginalizadas, fazendo com que não consigam romper a barreira de classes e ocupar empregos mais vantajosos.

A situação real, é, porém, bem diferente dessa foto pessimista que muitos pintam. As evidências mostram que a proporção de trabalhadores ocupando posições gerenciais vem crescendo substancialmente desde 1970, e que essa tendência tem se intensificado desde a última década. Ao mesmo tempo, a proporção da população trabalhando em empregos de baixa qualificação caiu progressivamente. Como consequência, a maioria dos Irlandeses está hoje empregada em melhores condições e perspectivas que seus pais.

Veremos também que, enquanto aqueles que se encontravam no topo da pirâmide tiveram sucesso em manter uma (injusta) vantagem competitiva, em alguns importantes aspectos houve uma mudança em direção a uma sociedade mais aberta. Portanto, apesar de a sociedade irlandesa ainda exibir um substancial nível de desigualdade de oportunidades, a vantagem dos privilegiados parece ter diminuído ao longo dos anos do *boom* econômico.

A Irlanda sempre teve uma distribuição de renda mais desigual que os outros países europeus, porém não há evidência de que essa desigualdade tenha aumentado durante o *boom* econômico, conforme abordado anteriormente neste trabalho. A Irlanda desenvolveu um modelo social particular, que Rhodes (1998) chamou de “corporativismo competitivo”. Isso significa que, na Irlanda, usou-se um poder de barganha centralizado entre o Governo, os trabalhadores e os sindicatos para definir acordos salariais, impostos e leis sociais. Diferente de formas tradicionais do modelo, o corporativismo irlandês não priorizou a igualdade como

um de seus objetivos. Sucessivos acordos aumentaram o valor real das transferências em assistência social e despesas com programas sociais, porém não houve uma preocupação de equalizar a renda da população através de sistemas de taxaço e redistribuiço.

O “corporativismo competitivo” irlandês também inclui intervenço generalizada no mercado de trabalho pelo governo. A estratgia de maximizar a participao trabalhista atravs de baixa taxaço direta e criaço de postos de trabalho aumentou o nvel de emprego no pas e conseqentemente diminuiu a taxa de desemprego de 16% em 1994 para cerca de 4% em 2005. No perodo de uma dcada, o mercado de trabalho irlandês passou de uma situao de superavit para uma de dficit de trabalhadores. No mesmo perodo, no houve uma tendncia de aumento da desigualdade nos salrios nem no rendimento familiar, apesar de termos que deixar claro que a sociedade irlandesa j era comparativamente desigual j no perodo anterior ao *boom*.

Tomando-se como base essas tendncias no nvel de emprego e na desigualdade de renda, no fica nada bvio quais seriam as conseqncias para a igualdade de oportunidades entre os grupos sociais. No parece que a desigualdade em geral tenha aumentado, mas as desigualdades j existentes parecem ter persistido. Como visto anteriormente, o aumento no nvel de emprego significa que agora h mais empregos bem remunerados e em melhores condies do que jamais visto. A pergunta principal e se esse aumento absoluto no nmero de empregos foi distribuido de maneira relativamente igual ou se alguns grupos tiveram menos benefcios do que outros com essa mudana.

Sociologicamente falando, o termo “mrito” vem sendo usado para descrever uma sociedade em que o sucesso e totalmente dependente da combinaço das dotaçoes pessoais (geralmente expressadas pelo QI – Quociente de Inteligncia) e esforo pessoal, do que das dotaçoes sociais e econmicas que as pessoas herdaram dos seus parentes, ou ento de favores de *social networks*. Apesar de uma sociedade totalmente baseada no mrito seja talvez impossvel (e at indesejvel), e importante analisarmos at que ponto o *boom* econmico veio acompanhado de um aumento de oportunidades para todas as classes sociais baseado no mrito.

A Irlanda evitou a falta de desemprego primeiramente com o retorno de irlandeses para o pas e depois com a entrada de imigrantes de outras nacionalidades. Nesse aspecto, podemos dizer que muitos empregadores preencheram vagas com indivduos de todos os nveis de experincia, inclusive os com menos qualificao e capacitao. Nessas

circunstâncias, podemos dizer que justamente os indivíduos com menos qualificação, que tendem a ter níveis mais baixos de educação formal e menos “capital social”, são os mais beneficiados, já que tem maior sucesso em arrumar empregos antes impossíveis para sua classe social.

III.1.1 - Classes sociais e igualdade de oportunidades

O melhor indicador geral de posição sócio-econômica é a ocupação atual ou anterior de um indivíduo. Essa categorização tem a o benefício de fornecer uma medida estável que pode ser medida ao longo do tempo e que tem demonstrado associações com outras formas de desvantagens. Para medirmos o grau de sucesso em atingir posições mais vantajosas dentro da sociedade, necessitamos de um ponto de partida, portanto, iremos examinar aqui a relação entre a classe social do indivíduo no momento em que foi feita a pesquisa e a classe social do pai de família no momento em que esse indivíduo estava crescendo. Assim, poderemos fazer uma análise da probabilidade de um indivíduo mover-se entre os extratos sociais, ocupando posições piores ou melhores durante o tempo.

As ocupações podem ser agrupadas em classes sociais de diferentes formas. O CSO, por exemplo, agrupa as ocupações de acordo com a pessoa estar em uma ocupação de trabalho manual ou não, o nível de experiência necessária para realizar determinado trabalho, e verificação se o indivíduo é um gerente ou empregador. Já a classificação de Erikson/Goldthorpe (EG) usa grupamentos similares, porém com definições diferentes, como: verificar se o indivíduo trabalha por conta própria ou não; no caso de ser empregado, qual a probabilidade de ser promovido; e qualidade do sistema de pensão. Em nossa análise, usaremos ambas classificações, cada uma tendo sete diferentes classes, apesar de que nossa discussão comparativa entre os indivíduos e seus respectivos pais serão basicamente feitas usando a classificação EG.

O que queremos dizer com igualdade de oportunidade? Basicamente, igualdade de oportunidade significa igualdade no acesso aos caminhos que levam à melhores ocupações e posições de classe social. Uma sociedade com verdadeira igualdade de oportunidade seria aquela em que as crianças vislumbassem os mesmos obstáculos e custos, e que estivessem equipadas com recursos idênticos. Os dados mostram que as diferenças educacionais entre os indivíduos são mais importantes na definição de classe social do que seus atributos intelectuais e de QI, e que, mesmo entre indivíduos que tiveram o mesmo grau de instrução, os que pertencem aos extratos mais baixos da população tiveram menos chances de obter

melhores empregos que aqueles da classe média. Em outras palavras, as habilidades e o esforço individual contam, mas as crianças de baixa renda necessitam de ambas em maior nível para conseguirem prosperar.

Há poucas evidências de que a mobilidade social em si tenha um impacto negativo no bem-estar individual ou nos grupos sociais. Em geral, as medidas são focadas em relação ao sucesso relativo daqueles grupos menos abastados e pior remunerados em entrar em uma classe social mais alta e melhor remunerada, em comparação com os indivíduos originários dessa mesma classe. Nesse sentido, uma perfeita igualdade de oportunidade envolveria uma situação em que não haveria nenhuma relação entre a classe social dos pais com relação a dos filhos, e na realidade nenhuma sociedade estudada até hoje atingiu esse nível. Porém, a análise de tendências pode nos mostrar se a igualdade de oportunidade está aumentando ou diminuindo na Irlanda.

III.1.2 - A mudança no modelo de classes sociais na Irlanda

No início da década de 1970, a Irlanda ainda estava basicamente em um período de transição entre a agricultura e uma sociedade industrial, enquanto que no final do século já havia claramente mudado para uma sociedade pós-industrial. Essa transformação envolveu 2 fases distintas: a primeira, que compreendeu o período do início de 1960 até o início de 1980, apresentou uma rápida redução no número de agricultores e trabalhadores manuais sem qualificação; a segunda fase, iniciada no início da década de 1980 e que se estende até os primeiros anos desse século, foi caracterizada por um declínio contínuo com relação à agricultura e ao trabalho manual sem qualificação, apesar de que em um ritmo menos acelerado. O percentual de trabalhadores manuais qualificados também diminuiu, na medida em que as oportunidades cresceram concentradamente nos setores profissionais e gerenciais.

Usando-se a classificação do CSO como base, houve uma grande quantidade de mudanças na estrutura de classes entre os períodos anterior e posterior ao *boom* econômico, com um aumento expressivo na proporção de empregos na área profissional e gerencial, tanto para homens quanto para mulheres. Para os homens, a proporção de empregos nessas áreas aumentou aproximadamente 50%, enquanto para as mulheres o aumento foi de cerca de 40%. Levando em conta que o número de empregos aumentou substancialmente nesse período, os aumentos absolutos foram ainda maiores. O aumento de empregos no topo da classe social foi

compensado pelo declínio na agricultura e na quantidade de trabalhadores manuais sem qualificação.

Na versão do EG sobre mobilidade social, comparando-se os períodos de 1973 a 2000, para os homens, e de 1987 a 2000, para mulheres, constata-se que, no caso dos homens, a mobilidade (ou seja, o número de indivíduos que encontram-se em classes sociais diferentes dos seus pais) vem crescendo de 1973 a 2000, e que foi sustentado pelos últimos anos de crescimento econômico. Percebemos também que a maior parte da mobilidade foi dirigida para cima ao invés de para baixo, com um percentual de chance de 22% em 1973, e de 32%, em 2000, de atingir um nível melhor do que o dos pais, ou seja, um aumento de 45%. Como consequência, enquanto que em 1973 a chance de um homem estar em uma classe social abaixo da de seus pais ser a mesma de estar em uma classe acima, em 2000 um irlandês médio do sexo masculino tinha 2 vezes mais chances de estar em uma classe social acima do que abaixo.

Se analisarmos os mesmos dados para as mulheres, veremos que a figura é um pouco diferente. Elas tiveram mais mobilidade que os homens em cada ano, porém houve relativa mudança em esses níveis através do tempo. Uma outra diferença que também foi observada é que as mulheres tem chances quase iguais de ascender como descender na classe social, se compararmos com a de seus pais. Isso ocorre principalmente pelo fato de que elas estão quase excluídas de empregos na agricultura, e de empregos manuais tradicionais, além de trabalharem menos por conta própria e terem uma representação maior nas ocupações de serviços pessoais de baixa remuneração. Um último ponto a ser observado na dinâmica feminina é que o balanço entre a mudança “para cima” e “para baixo” mudou pouco durante o período, diferente do que ocorreu com os homens.

II.1.3 - Igualdade de oportunidade crescente?

A grande demanda por trabalho acarretada pelo *boom* econômico fez com que os empregadores ficassem menos exigentes com relação à escolha de seus empregados, e isso deve ter diminuído as desvantagens dos candidatos provenientes de famílias mais pobres. Uma das descobertas mais chocantes é a de que a desvantagem relativa dos trabalhadores provenientes de famílias mais pobres em conseguir uma posição como profissional qualificado ou gerente diminuiu significativamente entre 1973 e 2000.

É importante ressaltarmos que pesquisas sociológicas encontraram pouquíssimos exemplos de lugares onde as barreiras enfrentadas pelas classes menos privilegiadas tenham

diminuído com o tempo, portanto essa descoberta com relação a Irlanda é fenomenal. Outro fato interessante é que a maior queda nas diferenças foi observada entre 1994 e 2000, exatamente o período em que o mercado de trabalho estava crescendo mais rapidamente e a demanda por trabalho estava mais forte. Uma das explicações encontradas para este fenômeno foi a expansão educacional, que fez com que os empregadores passassem a escolher os candidatos baseando-se em sua formação acadêmica, ao invés de outros critérios como o indivíduo pertencer à classe social “correta”.

III.2 – Dependência do capital americano?

Os laços econômicos e comerciais são uma parte importante das relações Irlanda-EUA. Em 2007, as exportações dos EUA para a Irlanda foram da ordem de 9 bilhões de dólares, enquanto que as exportações irlandesas para os EUA totalizaram mais de 30 bilhões de dólares (BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS, 2008). Os investimentos americanos também foram de extrema importância para o crescimento e modernização da indústria irlandesa nos últimos 25 anos, provendo novas tecnologias, capacidade de exportação e oportunidades de emprego. Até o final de 2007, o estoque de IDE americano realizado na Irlanda foi da ordem de 85 bilhões de dólares, mais que os todos os 4 países que compõem os BRIC¹⁷ juntos. Atualmente existem cerca de 620 subsidiárias de empresas americanas no país, que empregam cerca de 100.000 pessoas, principalmente nas áreas de eletrônica, computação e indústria farmacêutica.

III.2.1 – A crise econômica de 2008/2009 e seus efeitos na Irlanda

A crise das hipotecas nos EUA se alastraram pelo mundo, e a Irlanda não foi exceção. Pelo contrário, o país é um dos mais afetados pela atual conjuntura econômica mundial, já que sua economia está estreitamente ligada com a dos EUA. O país foi o primeiro na zona do euro a declarar que entrou em recessão, em Setembro de 2008, depois de cerca de 20 anos do início do milagre econômico. O PIB irlandês encolheu 2,3% em 2008, depois de uma queda de 7,5% apenas no quarto trimestre, e a tendência é que a recessão continue durante todo o ano de 2009 (CSO, 2008).

¹⁷ Termo usado para denominar o grupo composto pelos quatro principais países emergentes do mundo: Brasil, Rússia, Índia e China.

O nível de atividade econômica está sendo impactado negativamente pelo mercado imobiliário e pelo setor de construção civil, além de outros problemas vivenciados por outros países da UE, como elevados preços de *commodities*, do petróleo e de produtos agrícolas, a crise do setor financeiro e o baixo crescimento da economia mundial. Um outro fator que agrava o problema é a alta cotação do euro com relação às outras moedas, já que torna os produtos irlandeses menos competitivos no mercado internacional, diminuindo as exportações.

No início de 2009, a Standard & Poor's¹⁸ rebaixou o *credit rate* da Irlanda de AAA para AA+, sinalizando que poderia baixar ainda mais caso o país não organize suas finanças públicas, fazendo com que o custo de empréstimos externos aumente.

De acordo com o Banco Central irlandês, a previsão é de que a economia encolha cerca de 4% no ano de 2009, e o desemprego deve alcançar o índice mais alto dos últimos 13 anos, chegando a 8,3%. Para manter o déficit orçamentário em cerca de 10% do PIB, o governo deverá cortar gastos e congelar salários.

III.3 – Perspectivas e desafios para o futuro

III.3.1 - NATIONAL DEVELOPMENT PLAN (NDP) 2007-2013

NDP é o nome dado pelo governo irlandês a um organizado plano de investimentos em larga escala concentrados principalmente em infra-estrutura. A idéia central do NDP é promover o desenvolvimento regional, a sustentabilidade ambiental, desenvolvimento da economia rural e cooperação entre as regiões do país. Na área ambiental, os investimentos incluem áreas como energia sustentável, serviços de água, manuseio de dejetos e mudanças climáticas, além de enfatizar áreas como transporte e energia, que também contribuem para um meio-ambiente mais limpo.

Em Janeiro de 2007 o governo irlandês publicou um novo NDP, cobrindo o período de 2007 a 2013. O plano prevê investimentos da ordem de 184 bilhões de euros, e é o maior e mais ambicioso programa de investimento já proposto para o país. Ao contrário do NDP

¹⁸ Standard & Poor's (S&P) é uma das agências de *Credit Rate* mais respeitadas do mundo, responsável por emitir um grau a cada país, de acordo a análise de títulos públicos e privados da economia.

2000-2006, que foi financiado pelos fundos estruturais da UE, o NDP atual será financiado pelo governo. Deste total, 65 bilhões de euros serão capitalizados pelo Exchequer, 24 bilhões de euros pelo Estado e autoridades locais, e 11 bilhões serão contabilizados pelas Parcerias Público-Privadas (PPP – *Public Private Partnership*), onde o investimento inicial pelos parceiros do setor público é remunerado por uma série de pagamentos anuais de longo prazo.

As cinco áreas prioritárias do NDP são:

- Infra-estrutura econômica (€54.7 bilhões)
- Ciência e Inovação (€20.0 bilhões)
- Capital Humano (€25.8 bilhões)
- Infra-estrutura social (€33.6 bilhões)
- Inclusão social (€49.6 bilhões)

Um dos principais objetivos do governo é garantir que haverá retorno sobre o dinheiro investido. Um comitê monitorador, constituído de especialistas representantes de diversas áreas estarão supervisionando o progresso em cada área, assim como irão preparar um reporte anual que será apresentado ao governo.

Os objetivos principais do NDP são (NDP, 2006):

- 1) Atacar os déficits em infra-estrutura que continuam a impactar na competitividade, no desenvolvimento regional e na qualidade de vida;
- 2) Aumentar o desenvolvimento de nas áreas de Ciências, Tecnologia e Inovação, auferindo treinamento e aperfeiçoamento das habilidades de cada cidadão para melhorar a performance econômica, a competitividade e a capacidade de gerar novos talentos, e continuar atraindo IDE de alto valor agregado;
- 3) Integrar o desenvolvimento regional com a estrutura de cidades-pólo proposta pelo *National Spatial Strategy*, e assim alcançar os objetivos de crescimento econômico de todas as regiões e aumentar os investimentos nas áreas rurais;

- 4) Investimento de longo prazo em sustentabilidade ambiental para alcançar o objetivo nacional de preservação da integridade dos recursos naturais para as gerações vindouras, assim como cumprir as metas e responsabilidades para conter as mudanças climáticas; isso envolve também um uso mais balanceado, eficiente e sustentável dos solos;
- 5) Perceber as oportunidades de aumento da colaboração entre todas as regiões do país, já que existem interesses mútuos em áreas como a melhoria da competitividade do país, especialmente com a melhoria na infra-estrutura e na capacitação da população, além de inovações capazes de melhorar a provisão de serviços públicos no país;
- 6) Entregar um plano de inclusão social, com melhorias na qualidade de vida de todas as classes sociais e hetárias;
- 7) Melhorar a transparência fiscal e monitorar os investimentos do NDP.

Pelo plano, o Governo alocou 32,9 bilhões de euros para investimento em infra-estrutura de transportes com o objetivo de promover a competitividade, crescimento econômico sustentado e desenvolvimento regional balanceado. Outros grandes projetos na área de infra-estrutura incluem a descentralização de alguns departamentos do governo para outras regiões fora de Dublin, melhorias nos sistemas de drenagem e abastecimento de água, construção de casas com acesso facilitado para a população de baixa renda, melhorias nas prisões, e projetos especiais, como a construção da *National Conference Centre*.

A implementação do NDP 2007-2013 em sua totalidade é fundamental para a prosperidade de longo prazo da Irlanda, e também para a melhoria na qualidade de vida da população (COWEN, 2007).

III.3.2 – Fim do Tigre Celta?

Uma das principais preocupações da Irlanda é em relação à inflação salarial, que pode pôr em risco sua habilidade em atrair (e manter) as multinacionais, que respondem por 87% das exportações do país. Empresas como a DELL, por exemplo, somam 5,5% das exportações irlandesas e 2% do PIB.

Outra preocupação é com relação à taxa de natalidade e crescimento vegetativo do país. A queda desses indicadores, que foi um dos responsáveis pela diminuição da taxa de dependência, pode acabar por ser a causadora de seu aumento, no futuro. A Irlanda ainda possui uma população predominantemente jovem, se compararmos com outros países da UE, mas a tendência é de envelhecimento e cada vez mais entram menos pessoas no mercado de trabalho se compararmos com o número de pessoas que estão se aposentando. Os altos níveis de imigração para o país irão adiar o impacto do envelhecimento da população, mas chegará um momento em que os efeitos serão sentidos.

Por quase 2 décadas, a Irlanda foi tomada como um exemplo para o resto do mundo de o que pode ser alcançado em termos econômicos por um país de pequenas dimensões. A prosperidade vivenciada pelo Tigre Celta beneficiou a população como um todo. Porém, o *boom* não deve durar mais muito tempo. Espera-se que os níveis de crescimento do PNB real diminuam o ritmo de crescimento para 2 ou 3% a partir de 2015. Assim como ocorreu com os países do sudeste asiático, chamados tigres asiáticos, que entraram em colapso em 1997/98, o país pode passar pelo mesmo. Dois fatores, um interno e outro externo, podem fazer com que a economia irlandesa pare de crescer.

O fator de ordem externa seria um colapso da economia americana, que já está em andamento. Isso está tendo um efeito negativo em todas as economias do mundo, porém ainda maior na Irlanda, já que o país é dependente dos investimentos americanos e das exportações para os EUA, e a crise está diminuindo a demanda e os gastos deste último. Internamente, o fator que pode pôr fim ao espetacular crescimento econômico é a queda do nível de competitividade da economia, causada principalmente pelo aumento da inflação e dos salários, e que faz com que o custo de se investir no país cresça.

Uma boa notícia para a Irlanda é que, quando um país atinge um alto grau de qualidade de vida, este tende a se manter posteriormente. As recessões acontecem, porém durante os anos de *boom* econômico houve acumulação de capital, aumento da confiança das pessoas e investimento em capital humano, e os investimentos feitos estão prontos para angariar mais lucros assim que a recessão acabar. Nenhum desses fatores facilmente acabará.

"É claro que ainda há muito o que fazer: melhorar os serviços de saúde, as estradas, controlar a bolha imobiliária, o aumento da violência e do crime entre os jovens, aceitar os novos desafios demográficos e o multiculturalismo, entre outros.

Sempre haverão muitos desafios e perigos à frente. Nenhuma sociedade primeiro-mundista está livre de problemas". (tradução nossa) (ABELAIRA, 2004)

CONCLUSÃO

Podemos concluir do estudo apresentado que a economia Irlandesa superou, nas últimas 2 décadas, a performance econômica de todos os países da OECD e da UE, com uma média de crescimento anual mais de duas vezes superior à desses países. Especialistas projetam que este crescimento evidenciado nos últimos anos continuará acontecendo, apesar da crise atual, mantendo a posição do país como um dos líderes em crescimento no mundo.

A Irlanda é uma nação comercial de perspectiva global. O estudo do Índice de Globalização, compilado pela consultoria internacional A. T. Kearney, apontou a Irlanda como um dos países mais globalizados no mundo em 2002 e 2004 e comentaram que o país possui o nível mais alto de integração econômica em relação a outras economias em desenvolvimento.

O sucesso Irlandês deve-se a uma variedade de fatores e não podemos estabelecer a relevância da importância de cada item. Um clima favorável ao IDE foi crucial, mas outros fatores foram também muito importantes. O sucesso nos ajustes fiscais, mudança da trajetória de crescimento dos impostos, queda das taxas de juros, nível competitivo das taxas de câmbio e acima de tudo arrocho salarial através de parcerias sociais estão presentes dentre os fatores marcantes. Outros fatores também importantes foram o comprometimento Irlandês com a UE, a ratificação do SEA (*Single European Act*) e a adoção entusiástica do Euro. Como complemento, podemos citar também localização, inglês como língua-mãe, cultura de negócios familiar e abertura à influências americanas como pontos que contam para o IDE. Outro fato interessante que pode ter contribuído para a pro-atividade entre os EUA e a Irlanda é o fato de que muitos executivos americanos são de origem Irlandesa. A abertura econômica, combinada com baixos impostos, pragmatismo e ambição, investimento futuro em educação e a contínua observação do cenário futuro serão pontos críticos para a continuidade do sucesso. A experiência Irlandesa nos mostra que trabalho duro e uma boa política podem trazer grandes retornos.

A excepcional performance do mercado de trabalho irlandês durante a década de 1990 não foi alavancada por reformas estruturais radicais, e sim por uma série de pequenas mudanças individuais na direção certa. O exemplo Irlandês é de extrema importância pois evidencia como um crescimento do *output*, suportado por mudanças estruturais e políticas sensíveis no mercado de trabalho, pode tornar um dos piores performers com relação ao

mercado de trabalho da Europa, em um dos melhores, em menos de uma década. Um ambiente favorável ao investimento, uma baixa carga de impostos, crescimento moderado em custos de trabalho, o envolvimento de cooperativas nas relações industriais e os incentivos a favor dos ajustes no mercado de trabalho foram políticas que tiveram seu papel na redução de desemprego na Irlanda.

Para o futuro, são necessárias algumas mudanças, como diminuição da taxa de desemprego, que no patamar atual, de 6%, ainda está alta. A redução do desemprego será uma maneira eficiente de garantir que o bem-estar irá fluir para os menos favorecidos. Outro ponto importante é manter o consenso social e aumentos razoáveis de salários. O sistema educacional necessita de melhorias contínuas, e finalmente, é necessário focar em estratégias de longo prazo com relação ao crescente tráfego de veículos, oferta no mercado imobiliário, e o provisionamento de pensões. Apenas com um continuado e consistente foco em promover um ambiente corporativo inovador e dinâmico, na qual retornos de longo prazo possam ser vislumbrados pelos investidores, poderão sustentar a história de sucesso irlandesa. A importância do Governo é fundamental no contexto de execução de políticas fiscais e econômicas capazes de manter os investimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELAIRA, A. **Ireland's Economic Miracle**: what is "The Celtic Tiger"? Celtic Countries Magazine, Dublin, dez. 2004. Disponível em <http://celticcountries.com/webmagazine/economy/celtic-tiger/> . Acesso em Fevereiro 2009.

AHEARNE, A.; KYDLAND, F.; WYNNE, M. **Ireland's Great Depression**. *The Economic and Social Review*, Dublin, v. 37, n. 2, p. 215-243, 2006.

ALLEN, K. **The Celtic Tiger**: the myth of social partnership in Ireland. Manchester: Manchester University Press, 2000. 216 p.

ARDLE, P. **A Private Sector Perspective on the Celtic Tiger Experience**. CIT Working Paper, Pickens, n. 52212, 2005.

BLUE, J. R. **The Celtic Tiger Roars Defiantly**: corporation tax in Ireland and competition within the European union. *Duke Journal of comparative & international law*, v. 10, p. 443-467, 2000.

Central Statistics Office Ireland (CSO). Disponível em <http://www.cso.ie/>

COSTA, C. G. **Irlanda: a Independência do Tigre Celta**. *Informação Internacional*, Lisboa, v. I, p. 79-123, 2004.

CRAFTS, N. **The Celtic Tiger In Historical And International Perspective**. Warwick Economic Research Papers, Birmingham, n. 867, p. 1-16, 2008.

DORGAN, S. **How Ireland Became the Celtic Tiger**. Backgrounder, Washington DC, n. 1945, jun. 2006. Disponível em: http://www.europainstitut.at/upload/publikationen/publikation_42.pdf. Acesso em: Janeiro 2009.

European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions (Eurofound). Disponível em <http://www.eurofound.europa.eu/index.htm>

FAHEY, T. et al. **Best of Times?: The Social Impact of the Celtic Tiger**. Dublin: Institute of Public Administration, 2007. 314 p.

Finfacts Ireland. Disponível em <http://www.finfacts.ie/>

Forum on Food Sovereignty, 2006. Niamey. *Resumo do Reseau des Organisations Paysannes et de Producteurs Agricoles de L'Afrique de L'Ouest*. Ouagadougou, 2006. 10p.

HILLIARD, B.; PHÁDRAIG, M. **Changing Ireland in International Comparison**. Dublin: The Liffey Press, 2007. 245 p.

HOLMES, M. **Ireland and the European Union**: Nice, enlargement and the future of Europe. Manchester: Manchester University Press, 2005. 207p.

Ireland Economic Profile. Disponível em <http://www.enterprise-ireland.com/NR/rdonlyres/E35A9AF1-99FE-400F-92D9-8860455DC3E7/0/EconomicProfileJune07.pdf>

McARDLE, P. **A Private Sector Perspective on the Celtic Tiger Experience**. Ulster Bank, 2005.

MINTZ, J.; WILSON, T. **Taxes, Efficiency and Economic Growth**. Policy and Economic Analysis Program, Toronto, 2000.

National Economic and Social Council (NESC). Disponível em <http://www.nesc.ie/>

O'DRISCOLL, A. **Reform of the Cap and the Challenge of Coherence for Ireland**. IAAC *Discussion Papers*, Dublin, n. 4, p. 1-6, 2001.

O'HEARN, D. **Inside the Celtic Tiger: The Irish Economy and the Asian Model**. Dublin: Pluto Press, 1998. 200 p.

Organization for Economic Co-operation and Development (OCDE). Disponível em http://www.oecd.org/home/0,2987,en_2649_201185_1_1_1_1_1,00.html

Ó RIAIN, S. **The Politics of High-Tech Growth: Developmental Network States in the Global Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 270 p.

ÖZENEN, C. **The Effects of Structural Funds on Ireland's Development and Lessons for Turkey**. State Planning Organization, 2006.

POWELL, B. **Economic Freedom and Growth: The Case of the Celtic Tiger**. *Mercatus Center*, Fairfax, n. 16, 2003.

RHODES, M. **Globalization and West European Welfare States: A critical review of recent debates**. *Journal of European Social Policy*, vol. 6, p. 305-327.

RUANE, F; BUCKLEY, P. J. **Foreign Direct Investment in Ireland: policy implications for emerging economies**. *IIS Discussion Paper*, Dublin, n. 113, p. 1-17, jan. 2006.

SHARRY, R.; WHITE, P.; O'MALLEY, J. **The Making of the Celtic Tiger: The Inside Story of Ireland's Boom Economy**. Cork: Mercier Press, 2000. 409 p.

United Nations (UN). Disponível em <http://www.un.org/english/>

WALSH, B. The role of tax policy in Ireland's economic renaissance. **Canadian Tax Journal**, Toronto, p. 3, 2000.

WYNDHAM, A. **Re-imagining Ireland**. Richmond: University of Virginia Press, 2006. 273 p.

YEO, L. **Growth Strategies of Small Nations**. 2004. 124f. Tese (MBA) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge. 2004.